

Pensar

Ordenar sem perder

Uma introdução ao pensamento sistemático através da sua prática

Kai Froeb

Sobre esta tradução

Esta tradução foi feita automaticamente com IA e ainda não foi totalmente revista por uma pessoa. Caso encontre erros, por favor comunique-os para feedback@reflexivitypress.com. Quem tiver comprado o livro e nos comunicar erros receberá gratuitamente a versão corrigida em formato e-book.

Autor

Kai Froeb

https://kai.froeb.net

Editora

Reflexivity Press

Lisboa

Edição Kai Froeb

Versão mais recente e correções:
https://reflexivitypress.com/pt/livros/froeb-systematisches-denken

Comentários: feedback+pt.systematisches-denken.v0.56@reflexivitypress.com

Capa: © Reflexivity Press, Kai Froeb.
https://reflexivitypress.com/pt/sobre-nos/linguagem-visual/

Publicação

2026-11-21

Tradução: 2026-11-22

Versão 0.56

Typeset with LaTeX (LuaHBTeX, Pandoc + Eisvogel)

Nota de acessibilidade

Todas as imagens incluem descrições e são compreensíveis a partir do contexto.

Nota sobre a génese

Escrito com o modelo de linguagem Claude (Anthropic). A conceção, o conteúdo e a responsabilidade cabem ao autor. A tradução foi feita com o apoio de modelos de linguagem de IA. Como se trabalhou descreve-o o ensaio “A filosofia na era das máquinas que escrevem”: https://reflexivitypress.com/pt/sobre-nos/maquinas-que-escrevem/

© Copyright 2026 by Reflexivity Press, Lisboa.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, distribuída ou disponibilizada ao público sem autorização prévia e por escrito da editora, salvo nos casos previstos em lei (Lei n.º 9.610/98; Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos).

Treinamento de IA: expressamente permitido (ZMC 1.4, Seção 11).

Zero Marginal Cost License 1.4 (ZMC 1.4)

Resumo em linguagem acessível

O que não tem custo marginal não deveria ter barreiras.

Você pode

- **Ler, baixar e copiar** a obra gratuitamente.
- **Compartilhar digitalmente a obra sem alterar seu conteúdo, para fins não comerciais**, indicando o autor, a fonte e a licença.
- Converter o formato do arquivo e realizar adaptações técnicas necessárias à acessibilidade, sem modificar o conteúdo.
- **Imprimir ou encomendar exemplares individuais e presenteá-los** para uso pessoal e não comercial; os custos diretos podem ser reembolsados sem acréscimo ou lucro.
- **Traduzir a obra** para uso próprio, pessoal, não público e não comercial.
- **Espelhar a obra inalterada** em acesso aberto: sem fins comerciais, com versão, data e referência à versão atual.
- Utilizar individualmente a obra para educação e pesquisa e citá-la, para fins não comerciais, segundo os padrões acadêmicos, sem substituir a obra por uma coletânea de trechos.

Condições

O uso deve permanecer **não comercial**. Em caso de compartilhamento público, devem ser informados, sempre que razoavelmente possível, **o autor, a fonte e a licença**. **Somente o titular dos direitos pode licenciar a obra novamente ou publicar novas versões.** Você não pode impor restrições legais ou técnicas adicionais nem sugerir que o autor ou a editora endossam seu uso.

Todos os demais direitos reservados

Esta licença permite exclusivamente os usos expressamente indicados. Qualquer uso além dessas permissões exige autorização específica do titular dos direitos, salvo se já for permitido por lei.

As permissões legais e os direitos à remuneração permanecem preservados. Materiais de terceiros podem estar sujeitos a condições próprias.

Importante: Este resumo é apenas informativo e não constitui uma licença independente. Vale o texto integral da **ZMC 1.4**:

https://reflexivitypress.com/pt/zmc/



Sobre o autor

Kai Froeb (nascido em 1963) é um filósofo e especialista em informática alemão que vive em Portugal. O seu trabalho associa mais de trinta e cinco anos de investigação sistemática sobre Hegel às possibilidades da inteligência artificial, desenvolvendo uma nova forma de colaboração filosófica.

O seu pensamento é radicalmente interdisciplinar. Estudou Matemática e Informática na Universidade de Erlangen-Nuremberga, Gestão de Empresas na EBS, bem como Estudos Culturais e Direito na Universidade a Distância de Hagen. Paralelamente, dedicou-se intensamente à Filosofia, à Sociologia e à História no âmbito de um Studium generale. Conduziu deliberadamente os seus estudos sem os orientar para a obtenção de graus académicos, a fim de preservar a liberdade de um percurso independente de pensamento e investigação para além das fronteiras disciplinares da universidade.

Desde o final da década de 1990, Froeb dirige **hegel.net**. Disponível em doze línguas, o site figurou durante muitos anos entre os primeiros resultados das pesquisas internacionais sobre Hegel no Google e tornou-se um dos principais recursos da Internet dedicados à filosofia de Hegel. É provavelmente, ainda hoje, o mais extenso site multilingue dedicado a Hegel na Internet.

No contexto de **hegel.net** e de **hegel-system.de**, Froeb constituiu também um amplo arquivo de fontes livremente acessível ao público. Só a coleção em língua alemã disponibiliza gratuitamente para descarregamento 506 edições originais digitalizadas de obras de Hegel e dos hegelianos do século XIX. A estas juntam-se coleções noutras línguas, incluindo 19 obras originais em inglês.

Mais de quarenta anos de experiência em programação desde 1980 constituem outro fundamento metodológico do seu trabalho. O seu primeiro programa foi uma reimplementação do ELIZA, de Joseph Weizenbaum: fecha-se assim o círculo que conduz das primeiras experiências com inteligência artificial à atual colaboração produtiva com Claude. Froeb utiliza os seus conhecimentos informáticos não apenas como recurso técnico, mas também como instrumento

de pensamento: analisa estruturas sociais e filosóficas com a precisão de um arquiteto de software.

Froeb desenvolve uma obra filosófica autónoma que se insere na tradição de Hegel, procurando, contudo, prossegui-la nas condições do presente. No seu centro encontra-se uma abordagem performativa própria da verdade, que constitui o fundamento comum dos seus livros filosóficos. A verdade não surge neles apenas como objeto de afirmações, mas como um movimento que tem também de se comprovar na própria forma do pensamento e da exposição.

O seu objetivo é a desmistificação através da clarificação conceptual: penetrar pelo pensamento todos os limites, incluindo os daquilo que inicialmente parece inacessível. Na sua obra, a forma segue o conteúdo: a estrutura, os conceitos e o método orientam-se pela própria matéria. Ao mesmo tempo, procura a acessibilidade: apresentar uma filosofia exigente com a maior clareza possível, no espírito da melhor tradição científica anglo-americana, sem a simplificar.

O seu motivo orientador é a fórmula de Hegel: «O verdadeiro é o todo» — a procura de uma integração que não tenha de reprimir nada.

ÍNDICE

Lista de Figuras **xiii**

Capítulo 1: Do que se trata e como **1**
1.1 A pergunta 1
1.2 Sem apelo a autoridades 1
1.3 O percurso e seu padrão de medida 2
1.4 As palavras 3

Parte I: O que pertence junto **5**

Capítulo 2: Para que ordenar **7**
2.1 O que já acontece ao ler 7
2.2 A menor ordem 7
2.3 Visão de conjunto e acesso 8
2.4 Condensar 9
2.5 O que importa 10

Capítulo 3: Respeito **13**
3.1 Segundo o quê se ordena 13
3.2 Três níveis 14
3.3 Vários respeitos 15

Capítulo 4: Série e compartimento **17**
4.1 Ordens que nada sabem da matéria 17
4.2 Compartimentos dentro de compartimentos 18
4.3 O que a ordem cala 18
4.4 O que a série torna visível 20

Capítulo 5: Padrão **21**
5.1 O que se repete 21
5.2 Achado ou feito 22
5.3 Onde um padrão permanece aberto 22
5.4 Grosso demais, fino demais 23
5.5 Em que o padrão fracassa 24
5.6 Retrospecto da primeira parte 24

Parte II: Por que pertence junto **27**

Capítulo 6: Princípio **29**
6.1 O que um padrão produz 29
6.2 Generalização e princípio 29
6.3 Quando um princípio explica tudo 30
6.4 Em que o princípio fracassa 31

Capítulo 7: Fundamento **33**
7.1 Vazio, arbitrário, suficiente 33
7.2 Quanto é suficiente 33
7.3 O silogismo 34
7.4 A quem serve um fundamento 35
7.5 O fundamento na coisa 35
7.6 Em que o fundamento isolado fracassa 36
7.7 Retrospecto da segunda parte 36

Parte III: Como um todo é construído **39**

Capítulo 8: Espécies **41**
8.1 A baleia 41
8.2 Correta e boa 42
8.3 Onde o objeto não traça fronteira 43
8.4 Quando o dividir não cessa 43
8.5 Em que a espécie fracassa 44

Capítulo 9: Partes **45**
9.1 Duas decomposições de uma bicicleta 45
9.2 O que torna uma estrutura boa 46
9.3 Quando a estrutura se torna mais importante do que o estruturado 46
9.4 A estrutura de um livro de não ficção 46
9.5 Em que a decomposição fracassa 47

Capítulo 10: Conexões **49**
10.1 Tudo se conecta 49
10.2 Três tipos de conexão 49
10.3 Árvore e rede 50
10.4 Quando uma relação é mal lida 51
10.5 Quando tudo se conecta com tudo 52
10.6 Em que a rede fracassa 52

Capítulo 11: Cursos **55**
11.1 Como começou 55
11.2 Quando uma coisa só se deixa apreender como curso 56
11.3 Segundo o quê algo se move 56
11.4 O ritmo 57
11.5 Quando espécies são estágios 57

11.6 Duas ordens ao mesmo tempo . . . 58
11.7 Em que o curso fracassa . . . 58

Capítulo 12: Autodesdobramento **59**
12.1 Os números . . . 59
12.2 Universal, particular, singular . . . 60
12.3 Até onde isso sustenta . . . 61
12.4 Como se encontra um universal . . . 62
12.5 Conceitos que alteram seu objeto . . . 63
12.6 O autodesdobramento e as outras quatro . . . 64

Capítulo 13: Qual ordem é melhor? **67**
13.1 A pergunta adequada . . . 67
13.2 Três níveis . . . 67
13.3 Remissões . . . 69
13.4 Ordenar na pesquisa e ao escrever . . . 69
13.5 Retrospecto da terceira parte . . . 70

Parte IV: O que a ordem custa **73**

Capítulo 14: Condensar e perder **75**
14.1 Três estágios da condensação . . . 75
14.2 Por que a condensação dá certo . . . 75
14.3 O resto . . . 76

Capítulo 15: Ordem morta **79**
15.1 Formulário 47B . . . 79
15.2 Como se reconhece uma ordem morta . . . 79
15.3 A ilusão coerente . . . 80
15.4 Ordem partilhada . . . 83

Capítulo 16: A ordem própria **85**
16.1 O pensamento que se ordena a si mesmo . . . 85
16.2 De onde vêm as ordens próprias . . . 86
16.3 O orgulho de quem ordena . . . 87
16.4 O caminho . . . 87
16.5 Este livro como teste . . . 88
16.6 O que permanece em aberto . . . 89

Apêndice A: Exercícios **91**
A1: Ordenar uma decisão . . . 91
A2: Ordenar uma discussão . . . 91
A3: Montar um sistema de arquivamento . . . 92
A4: Condensar e recuperar . . . 92
A5: Estruturar uma palestra . . . 93

A6: Examinar um capítulo 93

Apêndice B: Quem também viu assim, e as objeções mais fortes **95**
B1: Sobre os capítulos em particular 95
B2: Cinco objeções em sua própria figura 98
B3: Leitura complementar nos outros livros 101

Glossário **103**
Notas sobre o uso 103
Acesso (Zugriff) 103
Aspecto (Hinsicht) 104
Autoexplicitação (Selbstentfaltung) 104
Classificação (Klassifikation) 105
Composição (Komposition) 105
Conceito (Begriff) 105
Condensação (Verdichtung) 106
divisão correta e boa (korrekte und gute Einteilung) 106
Essencialidade (Wesentlichkeit) 106
externo (äußerlich) 107
factual, functional, conexão conceitual (faktischer, funktionaler, begrifflicher Zusammenhang) 107
Fundamento: vazio, arbitrário, suficiente (Grund: leer, beliebig, zureichend) 108
Generalização (Verallgemeinerung) 108
ilusão coerente (kohärente Täuschung) 109
Importância (Wichtigkeit) 109
Maneira de ordenar (Ordnungsweise) 109
mechanical e ordem viva (mechanische und lebendige Ordnung) . . 110
Ordem (Ordnung) 110
ordem partilhada (geteilte Ordnung) 111
ordem proliferante (wuchernde Ordnung) 111
Padrão (Muster) 112
preconceito (Vorurteil) 112
Princípio (Prinzip) 112
Processo (Verlauf) 113
Relação 113
Remissão (Verweis) 113
Resto 114
Ritmo (Rhythmus) 114
Série e compartimento (Reihe und Fach) 114
Silogismo (Schluss) 115
Sistema, sistemático (Sistema, systematisch) 115
Standard (Maßstab) 116
suprassunção (Aufhebung) 116

universal, particular, singular (Allgemeines, Besonderes, Einzelnes) . 116
Urgência (Dringlichkeit) 117
Visão geral (Überblick) 117

LISTA DE FIGURAS

1 O símbolo das espécies: três figuras separadas, sem moldura. A distância entre elas carrega o significado. 41
2 O símbolo das partes: uma única figura fechada, diferenciada no interior. 45
3 O símbolo da referência: várias figuras ligadas por linhas. . . . 49
4 O símbolo do processo: uma trajetória curva com ponta de seta. Curva, porque uma seta reta afirma progresso onde só se tem em vista o curso. 55
5 O símbolo do autodesdobramento: um triângulo em que se encaixa outro invertido, cujos vértices tocam os pontos médios dos lados. A mesma figura se repete em cada uma de suas partes. . 59

CAPÍTULO 1: DO QUE SE TRATA E COMO

1.1 A pergunta

Quem ordena quer reencontrar algo: um ofício no arquivo, uma ferramenta na oficina, um pensamento num livro. E quer ver o que tem sem examinar tudo uma coisa de cada vez. As duas coisas só se conseguem quando do muito se faz pouco, e nisso algo se perde. Este livro pergunta como isso pode dar certo sem que se perca aquilo que importa.

O que se tem em vista é mais do que guardar. Quem arruma uma gaveta ordena coisas; quem determina uma espécie, forma um conceito, estrutura uma teoria ou constrói um livro ordena pensamentos. Que a baleia seja um mamífero, que os números se dividam em naturais, inteiros e racionais, que um manual comece por este capítulo e não por aquele são ordens, e delas depende o que se compreende. É desse ordenar pelo pensamento que o livro trata: de divisão e formação de conceitos, de padrões, princípios e fundamentos, de estruturas. Começa pelo arquivar porque ali se pode verificar cada passo por conta própria, e daí segue para as espécies dos seres vivos, para os números, para as explicações científicas e para a construção de textos.

A pergunta se coloca, portanto, à pesquisadora que analisa uma série de medições ou descreve uma nova espécie, ao jurista que estrutura um caso, a quem escreve um livro de não ficção, também ao programa que deve escrever um, e a quem apenas põe seus papéis em pastas. As respostas variam em precisão de um lugar para outro, mas são aparentadas.

1.2 Sem apelo a autoridades

O livro não se apoia em ninguém. O que afirma deve poder ser verificado no próprio ordenar: na leitura deste livro, na escrivaninha, num arquivo, num texto

que se estrutura. Os exemplos esclarecem, não demonstram. Alguns são inventados, outros tirados do cotidiano, e o que importa não é que em toda parte as coisas se passem assim, mas que se possa acompanhar; quem tem de sustentar é o argumento. Quando um passo tem uma objeção óbvia, a objeção está lá, na forma mais forte que se pôde encontrar, e depois dela a réplica. Onde a réplica não basta, isso é dito.

Muitos dos pensamentos outros já os pensaram, alguns há muito tempo. Quando é assim, isso consta do Apêndice B, como indicação de onde continuar a leitura; às vezes também numa frase ao fim de uma seção, depois de o pensamento ter sido conduzido até o fim. Provar algo isso não deve: um passo que aqui não se sustenta não passa a sustentar-se por um nome famoso o ter dado.

1.3 O percurso e seu padrão de medida

O livro é ele mesmo uma ordem, uma ordem de pensamentos sobre o ordenar. Precisa, por isso, deixar-se medir por aquilo que diz sobre as ordens, e quem o lê tem assim uma pedra de toque na mão.

O padrão de medida é uma pergunta que se pode fazer a qualquer ordem: ela consegue dizer por que seus membros são estes e por que estão assim dispostos? Uma ordem alfabética não consegue; que “cão” venha depois de “cano” nada diz sobre cães. Uma divisão dos números em que cada espécie nasce do fato de uma conta não ter fechado na anterior consegue. Enquanto uma ordem não pode indicar seu fundamento, ela está posta de fora sobre a matéria, e o que deixa de lado pode ser justamente aquilo que importa.

O livro avança ao longo dessa pergunta. A primeira parte trata de ordens que dizem o que pertence junto, mas não por quê: do respeito segundo o qual se separa, de séries e compartimentos, de padrões. A segunda pergunta pelo porquê, por princípios e fundamentos. A terceira pergunta como um todo é construído e encontra para isso cinco maneiras de ordenar, a última das quais mostra ela própria o seu fundamento. A quarta pergunta o que toda ordem custa.

Isto é uma antevisão e precisa ainda provar-se. Por que o livro tem precisamente estas partes e esta sequência, isso consta ao fim de cada parte, quando já se pode ver o que foi ordenado, e para o conjunto ao fim do livro. Quem o estruturasse de outro modo tem na mesma pergunta o meio de comparar as duas estruturas.

1.4 As palavras

Para o que se encontra no ordenar, o livro toma, sempre que possível, palavras da linguagem cotidiana. Algumas palavras técnicas ele adota porque se firmaram para essas coisas e se volta a encontrá-las noutros lugares: compressão, classificação, composição, relação. Cada uma é explicada onde tem seu lugar, e a partir do que se achou naquele ponto. O glossário ao final diz onde isso se dá.

O livro se sustenta por si. Tem quatro vizinhos que fazem outras perguntas: um sobre a verdade, que a desenvolve a partir do verificar que todos já realizam ao ler, um sobre a lógica, que percorre as formas fundamentais do determinar, um sobre a ética, que desenvolve, a partir desse mesmo verificar, o que os seres humanos devem uns aos outros, e um sobre a organização, que retoma algo deste livro e pergunta como as instituições precisam ser construídas para que saber, razões e correção atuem nelas. Nenhum pressupõe os outros. *A verdade* (2025) é o que recua mais: quem chama uma ordem melhor que outra pressupõe que o melhor se deixa distinguir do pior, e ali isso é desenvolvido à parte. Aqui é mostrado no próprio ordenar, na medida em que o ordenar o exige.

Sobre a tradução das citações: As citações de Hegel e de outros autores de língua alemã foram, nesta edição, traduzidas a partir do texto alemão, na terminologia deste livro, e não tomadas de uma tradução existente. Onde há várias traduções de referência, cada uma interpreta de outro modo; a tradução aqui segue a interpretação do livro. Para que se possa verificar a versão, o texto alemão acompanha: entre parênteses depois da citação, nas citações mais longas num parágrafo próprio abaixo ou na nota de rodapé que documenta a citação. Expressões muito curtas (menos de quatro palavras) ficam sem o original, e as citações que já no texto alemão estão em outra língua permanecem inalteradas.

Para ler em seguida: *A verdade*

PARTE I: O QUE PERTENCE JUNTO

CAPÍTULO 2: PARA QUE ORDENAR

2.1 O que já acontece ao ler

Quem leu até aqui já ordenou. Olhe para trás, para as páginas anteriores: qual foi o pensamento principal, qual foi um exemplo, qual foi uma observação lateral? A resposta costuma estar à mão antes de se conferir. Tente então ler o próximo parágrafo de modo que tudo nele lhe seja igualmente importante.

Fracassa. Até o propósito de não dar peso a nada é um dar peso, pois torna-se, por um instante, aquilo que importa. Quem o vive de outro modo, examine o que se passou; também isso seria um achado.

Você já distingue, portanto, o que importa; do contrário não poderia ler. Quem tomasse tudo como igualmente importante não reteria nada de uma página. E quem quisesse negar que compreender é um ordenar teria de ordenar ao negar: pôr seus fundamentos à frente e o acessório atrás. Este livro trata, portanto, de algo que se faz enquanto se lê, e o que diz a respeito pode ser verificado nesse fazer.

Na cabeça isso se dá depressa demais para que se possa acompanhar. Mais devagar e mais visivelmente, dá-se na escrivaninha.

2.2 A menor ordem

Experimento 1: A própria escrivaninha

Olhe para a sua escrivaninha ou para a superfície que mais se aproxima dela. Se ali reina a desordem: de que tipo é? Tudo está como caiu? Raramente. O que se usa todo dia está ao alcance. O que pertence a uma mesma tarefa fica junto, mesmo que a pilha esteja torta. O que ainda está por fazer fica em cima. Quem arruma a escrivaninha de outra pessoa descobre isso pelo protesto do dono: ele não encontra mais nada, embora agora tudo esteja num lugar.

O que acontece na escrivaninha é a menor ordem que existe: isto é posto junto daquilo, aquilo é posto de lado. As duas coisas acontecem de uma só vez. Quem põe as contas numa pilha separou-as das cartas; quem descarta algo pôs-no junto do que pode ir embora. Não se pode juntar nada sem separá-lo de outra coisa.

Objeção: Então toda disposição é uma ordem. Também no monte de folhas que o vento empurrou para o canto isto está ao lado daquilo.

Réplica: Está ao lado, mas por nenhum fundamento que alguém pudesse usar para procurar. Ordem↑ deve aqui chamar-se uma disposição da qual se pode inferir algo: onde algo está, o que falta, o que pertence junto. A pilha torta é, nesse sentido, ordenada, para quem trabalha com ela. Para quem arruma, não é, porque não conhece o fundamento. Isso já mostra algo que acompanhará o livro inteiro: se uma disposição é uma ordem depende não só das coisas, mas também de quem procura nela e do que sabe a seu respeito.

2.3 Visão de conjunto e acesso

Uma gaveta com três coisas não precisa de ordem; abre-se e vê-se tudo. Uma com trezentas precisa. Quem tivesse tudo ao mesmo tempo no campo de visão, com todas as ligações, não precisaria. Ninguém tem isso. A memória apreende pouco de uma vez, a atenção ainda menos. Pode-se terceirizar quase sem limite, para estantes, pastas e bancos de dados, mas a cada peça terceirizada cresce a pergunta de como reencontrá-la.

Dessa situação resultam duas exigências. Quer-se ver o que há e como se articula, sem examinar tudo uma coisa de cada vez: isso se chamará *visão de conjunto*. E quer-se, de um lugar, encontrar outro: isso se chamará *acesso*.

Que as duas são distintas mostram quase todos os livros de não ficção, pois cada livro tem para cada uma delas uma ferramenta própria. Na frente está o sumário. Ele mostra de que o livro se compõe e em que sequência, e quem o leu sabe mais ou menos o que o espera; um detalhe determinado raramente se encontra nele. Atrás está o índice remissivo. Ele leva em um passo a cada lugar em que uma palavra ocorre, mas nada diz sobre como o livro é construído. O sumário ordena segundo a matéria, o índice segundo o alfabeto, e justamente porque o alfabeto nada sabe da matéria, qualquer um se orienta nele, desde que conheça a palavra.

Ambos os desempenhos podem ser medidos. Para o acesso: quantos passos são necessários de um lugar qualquer a outro, e quanto é preciso saber de antemão? O índice precisa de um passo, mas exige que se conheça a palavra. Para a visão de conjunto: quantos membros é preciso reter na cabeça para ver o todo? Um sumário com cinco partes a dá; um com quarenta capítulos sem partes não a dá, ainda que cada capítulo seja bem intitulado.

Quem monta uma ordem decide com isso o que mais tarde será fácil e o que será difícil de achar. Em geral só o percebe quando ele mesmo procura.

2.4 Condensar

Experimento 2: Uma conversa em uma frase

Pense na sua última conversa mais longa com alguém que você conhece bem. Diga a si mesmo em uma frase do que se tratou, antes de seguir lendo.
A frase será mais ou menos assim: “Ele se preocupa com o emprego, mas encara isso com calma.” (DE: „Er sorgt sich um seine Stelle, sieht es aber gelassen.“) Uma hora virou uma frase. O tempo, o café, os óculos novos, os desvios pelos quais se chegou ao assunto sumiram, e nenhum deles lhe faz falta.

O mesmo acontece na gaveta. Quem põe trezentas coisas em seis compartimentos precisa guardar, em vez de trezentos lugares, seis rótulos; cada um representa tudo o que está embaixo. Ordenar é condensar: o muito é representado pelo pouco. A técnica chama a condensação de dados de *compressão*, do latim para apertar junto. A palavra serve também aqui.

Até onde se pode ir nisso mostra um caso-limite. Um procedimento que condensa cada arquivo num único símbolo comprimiu mais do que qualquer outro e é inútil, pois de um único símbolo nada se recupera. Uma condensação só é utilizável enquanto dela se puder recuperar o que importa. A técnica conhece dois tipos. Um não omite nada, e dele o todo se refaz. O outro abre mão de algo, nas imagens, por exemplo, de gradações de cor que o olho mal distingue. Ambos são utilizáveis; o que decide seu valor é *o que* se abandona.

Nisso se distingue uma boa condensação de uma má. A boa abre mão do que não importa e retém o que importa. A má confunde as duas coisas. Se você tivesse resumido sua conversa na frase “Ele está se lamentando de novo”,

teria sido uma condensação mais forte, pois a frase serve para muitas conversas com ele. Poupa atenção e torna previsível a próxima conversa. Deixou de fora justamente o que desta vez foi diferente. É assim que o preconceito↑ trabalha: condensa forte e depressa e abre mão, com isso, das diferenças que importam. Sem condensação rápida, porém, não se entraria em conversa nenhuma, pois toda expectativa com que se entra é uma delas. Só vira preconceito quando a conversa já não pode corrigi-la. Contra isso não adianta condensar menos; quem não resume a conversa em nada sabe depois o mesmo que antes. Ajuda condensar de outro modo: recuperar as diferenças que a frase rápida abandonou e verificar quais delas contam desta vez.

Objeção: Então ordenar é sempre perda. Quem não quer perder nada guarda tudo como está.

Réplica: Guarda-se tudo de qualquer modo; as trezentas coisas ainda estão na gaveta depois de ordenadas. O que se perde está no olhar: o rótulo "Cabos" não diz quais cabos. É esse o preço da visão de conjunto, e quem não quer pagá-lo tem trezentos lugares e nenhuma visão de conjunto. A escolha não é, portanto, entre perda e nenhuma perda, mas entre perdas. É dessa escolha que depende se uma ordem serve.

Uma segunda objeção: Com um mecanismo de busca já não é preciso ordenar. Digita-se o que se procura e pronto.

Réplica: Tem-se o que se consegue nomear. Uma busca dá acesso, não visão de conjunto: não mostra o que mais há e sobre o que se deveria ter perguntado. E só encontra o que foi antes registrado de modo que ela possa encontrá-lo; um arquivo sem campo para o remetente não pode ser pesquisado por remetentes. Continua-se, portanto, a ordenar, só que em outro lugar, por quem constrói o sistema, e para todos os casos futuros de uma vez. O que isso significa virá à tona na terceira maneira de ordenar.

2.5 O que importa

Com isso volta a pergunta da qual tudo o mais depende e que você já respondeu ao ler (cap. 2.1): o que importa? Para o amigo, era a preocupação com o emprego. Se uma oculista tivesse ouvido, teriam-lhe ficado os óculos novos. Ela não teria condensado pior, só para outra pergunta. Está assim achado um primeiro padrão de medida: a pergunta para a qual se condensa. Por ela se pode verificar se uma condensação reteve o que devia reter.

A linguagem cotidiana tem para o que importa duas palavras, que usa de modo diferente. *Importante* é algo para alguém, com vistas a uma pergunta. *Essencial* chama-se o que cabe à coisa mesma, não importa quem pergunte: o essencial de um contrato, de uma doença, de uma briga. Se isso existe, a palavra não decide. Pode também exprimir apenas que alguém toma a sua própria pergunta pela única certa.

Um caso torna a diferença palpável. Há quem ordene a estante por cores, e a edição suhrkamp chegou a sugeri-lo expressamente: suas lombadas, lado a lado, compõem um espectro de cores. Outros ordenam por tamanho, e há bons motivos para isso. As prateleiras podem ser montadas mais justas, e as bibliotecas, em seus depósitos, separam os livros por formato, entre outras razões, por isso. Para a pergunta de como a estante fica ou quanto cabe nela, ambas estão bem ordenadas. Mas quem procura algo sobre determinado tema ou quer ter reunidos todos os livros de um autor dirá que aqui se ordenou à margem dos livros. Cor e formato são, no sentido estrito, traços exteriores: estão do lado de fora do livro, e um livro é o que está dentro. De onde ele tira, porém, esse padrão? Não coloca simplesmente outra pergunta ao lado da primeira. Apela a algo nos próprios livros, ao que os faz livros. Se isso é um padrão tirado da própria matéria ou apenas a pergunta que é usual com livros, não se pode decidir neste ponto.

A pergunta permanece aberta, e dela depende o percurso do livro. O padrão de medida aproxima-se, de etapa em etapa, da própria matéria: primeiro como respeito que se escolhe, depois como repetição que se encontra nas coisas, depois como fundamento do qual ela decorre, por fim como ordem que indica por que seus membros são estes. Se ao final há um padrão que pertence à própria matéria, e em que sentido, é o que esse percurso deve mostrar. Seu primeiro passo é o respeito, aquilo segundo o qual se ordena.

CAPÍTULO 3: RESPEITO

3.1 Segundo o quê se ordena

Experimento 3: O guarda-roupa, três vezes

Imagine que você arruma seu guarda-roupa três vezes: uma por cores, outra pelas ocasiões em que usa as peças, outra pelas estações do ano. O que você acha fácil, o que difícil em cada uma das três ordens?
Ordenado por cores, você vê de relance o que combina, mas para uma entrevista de emprego precisa vasculhar cada compartimento. Ordenado por ocasiões, você alcança de manhã o compartimento certo, mas se o pulôver azul-escuro combina com a calça cinza, você não vê, e a camisa que serviria igualmente bem para a noite com amigos está no compartimento do escritório, onde à noite você não a procura. Ordenado por estações, você pode, na primavera, guardar um compartimento inteiro, e todo o resto fica tão desordenado quanto antes.

Cada uma das três ordens põe isto junto daquilo, e cada uma o faz por um fundamento diferente: porque têm a mesma cor, porque se usam na mesma ocasião, porque pertencem à mesma estação. Aquilo a que se atenta nisso se chamará *respeito* (*Hinsicht*). Sem respeito não há ordem, apenas disposição (cap. 2.2), pois só o respeito diz por que algo está aqui e não ali.

Cada respeito condensa à sua maneira. Ordenado por cores, contam as diferenças de cor, e as diferenças de ocasião desaparecem; o rótulo “Azul” não diz se algo serve para um casamento. Quais diferenças uma ordem retém e quais abandona, o respeito o determina, e com isso também o que nela se acha com facilidade e o que com dificuldade.

Objeção: Então nenhuma ordem acerta a matéria. Cada uma mostra o que seu respeito deixa mostrar, e só se ordena sempre de outro jeito, sem nunca chegar ao que há.

Réplica: Repare-se em que se abandona uma ordem. Quem arrumou seu guarda-roupa por cores e o desfaz duas semanas depois não comparou, para

isso, as roupas, como são sem ordem alguma, com a sua ordem; assim ele não as conhece. Percebeu que algo não fechava: de manhã não achava o que precisava, ou uma peça não cabia em lugar nenhum. O que uma ordem sustenta e em que fracassa mostra-se na mesma experiência em que se trabalha com ela. Para isso não é preciso um ponto de vista fora de toda ordem. A pergunta se uma ordem acerta "a própria matéria" não é, portanto, irrespondível. Só que não se responde por comparação, mas no trabalho com a ordem, caso a caso, e às vezes com um não. Este livro pergunta pela outra metade: o que distingue uma ordem de outra.

3.2 Três níveis

Sobre a escrivaninha está um livro da biblioteca que deve ser devolvido amanhã; está lido pela metade. Para quem o lê, nada parece naquele momento mais importante. O que significa aqui "importante"? Podem-se distinguir três significados, e os três se deixam mostrar no mesmo livro. O que muda de um a outro é aquilo a que a palavra se refere.

O primeiro é a urgência: o que ocupa a pessoa no momento. Refere-se à situação de quem ordena, e não ao livro. Uma vez devolvido, ela desaparece, e o livro é o que era.

O segundo é a importância para uma pergunta. Quem se muda e faz caixas, para ele contam formato e peso. Quem quer citar o livro, para ele contam a edição e a paginação. Quem quer dá-lo de presente, para ele conta também a capa. Importante nesse sentido não é algo para alguém numa situação, mas com respeito a uma pergunta: quem faz a mesma pergunta acha importante o mesmo. É o nível em que o cap. 2 achou o primeiro padrão de medida.

O terceiro é a essencialidade: aquilo que faz o livro ser o que é, não importa quem pergunte e para quê (cap. 2.5).

O mais fácil é confundir o segundo nível, a importância para uma pergunta, com os outros dois. Quem diz "isso é irrelevante" (DE: „das ist doch unwichtig") quer dizer, quase sempre: para esta pergunta, e a toma pela única. Quem diz "é nisso que está o ponto" às vezes quer dizer a pergunta, às vezes a matéria, e muitas vezes não nota a diferença. Muitas disputas sobre o que é importante são disputas entre duas perguntas, cada uma tomando-se por uma informação sobre a matéria. E, inversamente, alguém toma por mera pergunta entre outras o que está na própria matéria.

Para a essencialidade pode-se indicar um primeiro teste: o resto muda quando isto muda? No livro, pode-se fazê-lo. Se ganha uma capa nova, é o mesmo livro; conteúdo, estrutura e valor para o leitor permanecem como eram. Se se altera o texto, tudo o mais muda junto, e no caso-limite tem-se outro livro. O texto é mais essencial ao livro do que a cor de sua lombada.

Objeção: Para o colecionador é o inverso. Uma primeira edição com a sobrecapa original vale muitas vezes mais, uma sem ela não, e isso não muda nada no texto. Logo, também a essencialidade é só importância para uma pergunta, a pergunta do colecionador.

Réplica: O colecionador e o leitor falam de duas coisas diferentes sob a mesma palavra. O leitor tem em mente a obra, que existe em muitas edições; o colecionador, este exemplar, um objeto com uma história. No exemplar, a sobrecapa não é nada exterior, pois, se se a altera, muda o que o exemplar é: uma primeira edição completa ou uma incompleta. O teste funciona, portanto, nos dois casos. Mas pressupõe que se saiba *como o quê* se toma a coisa, como obra ou como exemplar, e essa pergunta o teste não responde por si.

Isso mostra até onde o teste alcança. Ele verifica se algo é essencial quando está estabelecido de que se fala. Muitas vezes isso não está estabelecido. Se um smartphone caiu no chão, pode-se perguntar pelo essencial no aparelho, na queda ou no dano, e a cada vez é essencial algo diferente: no aparelho, o que ele pode fazer; na queda, como aconteceu; no dano, se tem conserto. Quem não distingue isso discute sobre o essencial e fala de três coisas. O que significa que o resto depende de algo, e de onde se sabe como o quê se deve tomar uma coisa, o teste não diz. Ambas são a pergunta pelo fundamento. Ela pertence à segunda parte.

3.3 Vários respeitos

O guarda-roupa do experimento 3 tem um problema que nenhuma das três ordens resolve: os três respeitos são legítimos. Quem de manhã pega segundo a ocasião quer à noite combinar segundo a cor e na primavera reorganizar segundo a estação. Nenhuma das três perguntas é a errada, e nenhuma é a verdadeira; cada uma tem seu tempo. Além disso, já um único respeito não separa limpamente. A mesma camisa serve para o escritório e para a noite, a mesma calça para o dia a dia e para a viagem. Quem se veste estritamente segundo os compartimentos limita-se sem necessidade ao que ali por acaso está. As ocasiões se

sobrepõem porque as roupas não foram feitas para uma ocasião, mas servem para várias.

Na tela, isso seria fácil de resolver: as mesmas roupas, exibidas de três modos diferentes. No guarda-roupa, cada peça está num lugar. Quem quer atender a vários respeitos ao mesmo tempo precisa aninhá-los uns nos outros, primeiro por ocasião, dentro disso por cor, ou ao contrário, e a sequência decide qual pergunta precisa de um gesto e qual de três. Como se faz isso e o que custa é a questão das ordens que separam por características.

Para ler em seguida: *A verdade* (2025), Cap. 11

CAPÍTULO 4: SÉRIE E COMPARTIMENTO

4.1 Ordens que nada sabem da matéria

Um dicionário ordena segundo o alfabeto. Que “cão” esteja entre “cano” e “capa” nada diz sobre cães, e ninguém o espera. Mesmo assim, qualquer um encontra num dicionário o que procura, desde que conheça a palavra – sobre a matéria não precisa saber nada para isso. Um arquivo que guarda suas entradas por data funciona do mesmo modo: o ofício de 3 de março fica antes do de 4 de março, não importa do que tratem. Uma biblioteca que, no depósito, enfileira seus livros pela ordem de entrada, cada um com um número corrido, dispensa qualquer conhecimento do conteúdo.

Essas ordens têm três vantagens, e as três decorrem de nada saberem da matéria. Qualquer um pode usá-las, desde que conheça a característica segundo a qual se separa: a letra inicial, a data, o número. O novo se deixa inserir sem que o antigo precise ser remanejado; o próximo ofício vai para o fim, a nova palavra para o seu lugar no alfabeto. E ninguém precisa discutir para onde algo vai, pois a característica o decide.

O preço é igualmente nítido. Uma tal ordem dá acesso, mas não visão de conjunto (cap. 2.3). Os vizinhos no alfabeto nada têm a ver uns com os outros, e quem quer saber o que o dicionário contém sobre animais precisa percorrê-lo inteiro. A ordem retém de cada coisa uma única característica, e dela só o que é necessário para separar. É uma condensação muito forte, e da matéria não retém nada.

Isso não é defeito, enquanto não se exigir dela outra coisa. Um dicionário deve fazer achar palavras, não explicar o mundo. Só se torna defeito quando uma tal ordem é tomada por uma ordem da matéria: quando alguém acredita que os ofícios de um ano estão ordenados porque estão guardados por data, e depois precisa juntar de vinte lugares a correspondência sobre um único assunto.

4.2 Compartimentos dentro de compartimentos

A maioria das ordens com que se trabalha usa mais de uma característica. Uma estante de livros está arrumada por áreas, dentro delas por autores, dentro deles por ano de publicação. Um arquivo está dividido por anos, dentro deles por remetentes. Essas ordens aninham respeitos uns nos outros, e com isso resolvem o problema do cap. 3.3, até onde ele se deixa resolver: onde cada coisa só pode ter um lugar, vários respeitos só se deixam atender um após o outro.

Para o aninhar há uma regra que soa simples e é muitas vezes violada. Dentro de um mesmo nível, a característica não pode mudar. Quem ordena seus livros por áreas e entre eles intercala alguns por cor porque ficam bonitos não ordenou com imprecisão, mas empurrou duas ordens uma dentro da outra, e nenhuma das duas sustenta mais: quem procura o livro em sua área não o encontra, e quem o procura na cor não sabe que está ali. Entre os níveis, em compensação, a característica pode e deve mudar; é isso que se chama aninhar.

Uma segunda regra decorre da primeira. Os compartimentos de um nível não devem se sobrepor, e juntos devem acolher tudo o que chega a esse nível. Se dois compartimentos se sobrepõem, a característica não era inequívoca; se sobra algo que não cabe em nenhum, falta um compartimento. O compartimento "Diversos", que quase todo arquivo tem, é a confissão de que falta um compartimento – muitas vezes o compartimento mais honesto de toda a ordem.

Qual respeito vai para cima decide os custos. Quem arquiva por anos e dentro deles por remetentes encontra tudo de um ano com um gesto, e tudo de um remetente precisa reunir de cada ano em separado. Quem, ao contrário, arquiva por remetentes e dentro deles por anos tem facilidade com o remetente e dificuldade com o ano. Paga-se sempre; a pergunta é só por qual busca. O melhor que uma ordem aninhada pode fazer é pôr no alto o respeito segundo o qual mais se procura, e escalonar os outros conforme são usados.

4.3 O que a ordem cala

Um ofício trata do imposto sobre a casa que sua mãe aluga. Pertence à pasta "Impostos", a "Mãe" ou a "Casa"? E essas são só as ordens segundo a matéria. Ao lado delas estão as duas segundo as quais todo arquivo trabalha de qualquer modo, data e remetente. Também elas só se deixam aninhar uma na outra: primeiro por anos, dentro disso por remetentes, ou o inverso, a correspondência enviada junto da recebida ou separada dela. Cada escolha é defensável, e cada

uma torna o ofício invisível nos outros lugares. Quem o procura daqui a três anos em “Mãe” não o encontra, embora ali ele pertencesse igualmente bem.

Objeção: O caso é pequeno, a objeção que se pode construir sobre ele, não. Uma ordem que dá a cada coisa exatamente um lugar afirma que cada coisa tem exatamente um respeito em que pertence. As coisas, porém, se parecem mais com uma trama do que com uma árvore: quase tudo se liga a muito, e qual ligação conta muda com a pergunta. Uma ordem que não admite isso não descreve o que há, mas decide sobre isso. Quanto melhor funciona, menos se nota que se decidiu. E isso não atinge só o arquivo. Toda ordem que este livro ainda desenvolverá, também a que pode indicar seu fundamento, dá a cada coisa um lugar; a ordem fundamentada seria, então, a mais perigosa, pois quem pode fundamentar uma ordem é quem mais facilmente a toma pela própria matéria.

Réplica: Muita coisa nessa objeção é correta. Toda ordem escolhe, e o que não aparece em nenhum de seus respeitos cai fora do olhar. Mas a objeção não vê onde isso se mostra. Que o ofício falta em “Mãe”, percebe-se ao procurar, na mesma experiência em que uma ordem pode fracassar (cap. 3.1): algo não fecha. Uma ordem não se torna perigosa por escolher. Torna-se perigosa quando já não percebe seus fracassos, quando o inencontrável vale como inexistente em vez de indício de um segundo respeito.

Daí não decorre renúncia à ordem, mas uma condição para ela: precisa manter visível o remanescente. Isso custa. Uma remissão na pasta “Mãe” para o dossiê de impostos precisa ser criada e mantida. Desde que existem fotocopiadoras, pode-se arquivar uma cópia em vez disso, mas os arquivos crescem. Que um ofício pertence a vários lugares sabia-o todo registrador. O que estava em aberto era quanto lhe podia custar essa percepção. Até onde se chega com isso, até ordens que não atribuem mais lugar fixo, mostra o cap. 10.3.

O mesmo vale para toda exposição que se lê numa sequência. Um livro tem sumário, e um sumário só conhece uma série. O que na matéria está lado a lado ou se cruza precisa, no papel, estar um atrás do outro, e o que pertence a dois lugares fica em um. Também este livro é assim construído, e se vale como o arquivo: com remissões a outros capítulos, onde pertence algo que em seu lugar próprio não cabia.

Sua forma mais aguda esta objeção encontrou em Gilles Deleuze e Félix Guattari. Eles opuseram à árvore o rizoma, a trama de raízes sem tronco em que cada ponto pode estar ligado a cada outro.

4.4 O que a série torna visível

Todas as ordens deste capítulo têm algo em comum: seu respeito é escolhido. O alfabeto, a data, a área, o remetente são características segundo as quais se separa, porque assim se quer procurar. Que a ordem seja, com isso, posta de fora sobre as coisas é a sua vantagem e o seu preço.

E, no entanto, justamente uma tal ordem pode mostrar algo que ninguém pôs nela. Quem guarda sua correspondência por alguns anos só por data, sem olhar para o conteúdo, vê, ao folhear, que todo ano, na mesma época, chegam os mesmos ofícios: na primavera a notificação do imposto, no verão o acerto das despesas condominiais, no outono as mensalidades dos seguros. A data ele escolheu. Que nela algo se repita ele não escolheu, e não poderia tê-lo forçado; está nos prazos e ritmos segundo os quais trabalham repartições, locadores e seguradoras. Do mesmo modo o compartimento "Diversos" do cap. 4.2. Depois de um ano há nele uma pilha, e muitas vezes não é uma mistura heterogênea: metade são ofícios de prestadores de serviço. Também isso ninguém dividiu. Mostra-se por si e diz que compartimento falta.

Os dois achados têm a mesma forma. Num respeito escolhido mostra-se uma repetição que não é escolhida, mas vem das coisas. Uma ordem que a segue (um compartimento para os prazos anuais, outro para os prestadores de serviço) já não separa só segundo uma característica trazida às coisas. Acolhe algo que se acha nelas. Uma tal repetição se chama padrão.

CAPÍTULO 5: PADRÃO

5.1 O que se repete

Experimento 4: Letras como traços

Tente ver por um instante as letras desta linha como meros traços, como linhas pretas sem significado.
Mal se consegue, e quando se consegue, não dura. Os traços se compõem em letras, as letras em palavras, antes que se possa impedi-lo; o não reconhecer custa mais esforço do que o reconhecer.

O que aqui se impõe é um padrão: uma figura que retorna em muitos casos e por isso é reconhecida. Um “a” tem aspecto um pouco diferente em cada escrita, e mesmo assim é cada vez um “a”. A capacidade vai longe. Quem tem um vizinho sabe, depois de algumas semanas, que ele chega em casa nos dias úteis por volta das cinco e meia e às segundas só por volta das sete, sem nunca ter decidido prestar atenção nisso. Quem ouve uma melodia pela primeira vez muitas vezes já consegue cantarolá-la na segunda.

Um padrão é uma condensação (cap. 2.4). Em vez de catorze horários de chegada isolados, guarda-se uma regra: dias úteis cinco e meia, segundas sete. Por que isso é necessário, nota-se onde falta. Uma descrição de caminho com vinte conversões ninguém retém; pergunta-se pelo padrão, “sempre pela avenida principal, no fim à esquerda” (DE: „immer der Hauptstraße nach, am Ende links“), e onde não se acha nenhum, só resta anotar.

Na ciência, o mesmo parece maior. As observações que Tycho Brahe havia reunido ao longo de décadas sobre a órbita de Marte eram milhares de ângulos e momentos. Johannes Kepler achou nelas uma regra: o planeta percorre uma elipse, em cujo foco está o Sol. De uma tabela que ninguém conseguia reter de cabeça fez-se uma frase da qual se recuperava cada ponto da tabela, e mais exatamente do que com qualquer regra anterior.

Diferente das ordens do capítulo anterior, um padrão não é escolhido. Pode-se escolher a que se atenta, aos horários de chegada do vizinho e não à cor de

seu casaco; se nesse respeito algo se repete não depende da escolha. O respeito continua escolhido, a repetição é achada.

5.2 Achado ou feito

Objeção: Padrões não estão lá fora esperando ser reconhecidos. Quem ouve jazz pela primeira vez ouve barulho; depois de algum tempo ouve ritmo, retorno, resposta, e de repente faz sentido. O padrão surgiu só com o seu ouvir. Cria-se padrão ao reconhecê-lo.

Réplica: No jazz pode-se verificar se isso é verdade. Os músicos tocam segundo uma forma: voltam ao tema depois de um número fixo de compassos, respondem uns aos outros, mantêm um andamento. O ouvinte que, depois de algum tempo, ouve isso aprendeu o que eles fazem. Se tivesse criado o padrão, poderia igualmente ouvi-lo em qualquer outro ruído. Isso não acontece, ao menos não do mesmo modo. Pode-se ver rostos nas nuvens e ouvir vozes no chiado de um rádio; mas esses padrões não se deixam continuar. A nuvem não faz o que um rosto faria em seguida, e a voz no chiado não diz uma segunda frase. O padrão no jazz, ao contrário, deixa-se continuar: quem o ouviu sabe quando o tema volta.

É correto na objeção que padrões são aprendidos e que não se os ouve antes de aprender. É correto também que o respeito em que se escuta vem do ouvinte. Mas que um padrão possa estar errado mostra que não é feito pelo reconhecer. O que existisse só pelo meu reconhecer não poderia fracassar em nada. O rosto na nuvem fracassa no minuto seguinte.

O padrão não está, portanto, simplesmente presente, nem é o ouvinte que o faz. O respeito ele o traz, o retorno vem da matéria, e se os dois combinam mostra o compasso seguinte.

5.3 Onde um padrão permanece aberto

A série 1, 2, 4: como continua? A maioria diz 8, porque o número se dobra a cada vez. Mas 7 serve igualmente: as diferenças crescem de um em um, primeiro um, depois dois, depois três. Ambas as regras explicam tudo o que está dado e só se separam no termo seguinte. Mais termos não ajudam em princípio. Para cada série finita há inúmeras regras que a continuam, e os casos sozinhos não decidem entre elas.

A objeção que se pode construir sobre isso tem ainda um segundo lado. Também um padrão firmado não permanece o que era quando aplicado ao novo. A palavra "família" reconhece-se em cada uso. Mas cada caso novo que se subsume nela, a família recomposta, a república de duas viúvas, desloca o que ela significa. O reconhecimento de padrões não é, então, fundamentalmente inseguro, um reconhecer que nunca sabe se reconheceu o certo?

É inseguro, e nenhum método muda isso. Só que daí não decorre que nada decida entre as regras. Quem quer saber se vem 8 ou 7 pergunta de onde a série provém. Se conta bactérias que se dividem, é 8. Se vem de um plano de treino que a cada semana acrescenta um passo a mais do que na anterior, é 7. O padrão é reconhecido não só pelos números, mas pelos números e por aquilo de que tratam. Onde nem isso decide, decide o caso seguinte. Quem então reaprende não perdeu o padrão, mas só então o achou. Com a palavra é parecido: que "família" se desloca nota-se por um caso novo provocar discussão. Nesse ponto o padrão se põe à prova.

Um padrão é, por isso, uma antecipação que precisa se provar no caso seguinte, não uma constatação.

A objeção, em sua primeira forma, conhece-se das reflexões de Ludwig Wittgenstein sobre seguir regras; na segunda, do pensamento da iterabilidade de Jacques Derrida: um signo que é repetido é, em cada novo contexto, um pouco um outro.

5.4 Grosso demais, fino demais

Um padrão pode falhar de duas maneiras naquilo que deve condensar. Pode ser grosseiro demais: quem guardou que o vizinho chega nos dias úteis às cinco e meia estranha por duas semanas a janela escura, até lembrar que são as férias. E pode ser fino demais: quem guarda cada horário de chegada ao minuto, 17h28, 17h34, 17h31, tem catorze números em vez de uma regra e é tão sábio quanto antes.

Entre as duas coisas não há um meio-termo que se pudesse indicar de uma vez por todas. Quão grosseiro um padrão pode ser depende do que se precisa dele. Quem quer pedir um favor ao vizinho se contenta com "ao fim do dia"; quem quer entregar-lhe um pacote precisa da meia hora. É de novo o primeiro padrão de medida do cap. 2.5, a pergunta para a qual se condensa. Um padrão é bom quando retém, para sua pergunta, tanto quanto ela exige e, nos pontos em que deixa de sustentar, fracassa de modo reconhecível.

5.5 Em que o padrão fracassa

O vizinho chega às segundas às sete. Por quê? Talvez tenha às segundas uma reunião à tarde, talvez vá às segundas ao esporte, talvez visite a mãe. Enquanto isso não importa, é indiferente; o padrão se sustenta, mesmo sem que se saiba explicá-lo. Importa, porém, assim que algo muda. Se ele troca de emprego, a reunião cai e com ela o padrão, o esporte não. Se o padrão continua valendo, só sabe quem sabe por que ele vale.

Está aí o limite de todas as ordens desta parte. O respeito diz a que se atenta, a série e o compartimento dizem para onde algo vai, o padrão diz o que retorna. Nenhum deles diz por que é assim. O padrão é o que mais se aproxima disso, porque é achado na matéria. Mas só diz *que* algo se repete e por isso não pode dizer sob que condições deixará de se repetir.

5.6 Retrospecto da primeira parte

Por que esta parte tem precisamente estas etapas, e por que nesta sequência?

Toda ordem põe isto junto daquilo, e para isso precisa de algo a que atentar. Por isso o respeito está no início: é a condição de toda ordem, e sem ele há apenas disposição (cap. 3.1). O modo mais simples de usar um respeito é separar segundo ele: segundo uma característica, e, onde uma não basta, segundo várias, aninhadas. É a ordem em séries e compartimentos. Ela toma da matéria só a característica e deixa tudo o mais de fora. Na própria matéria, porém, mostra-se que algo retorna; onde uma ordem segue esse retorno, deixa de ser meramente trazida de fora. É o padrão.

A sequência é a de uma ordem que se aproxima cada vez mais da matéria. O respeito é escolhido, a série segue o respeito escolhido, o padrão é achado nela. A sequência não se inverte, pois cada etapa pressupõe a anterior: um padrão é uma repetição num respeito, e quem forma uma série já tem um respeito.

Objeção: Crianças reconhecem padrões muito antes de separar ou procurar pelo alfabeto. A sequência está invertida.

Réplica: A sequência não é uma história do aprendizado, mas de dependência. Também a criança que reconhece um padrão atenta a algo, à voz da mãe e não ao ruído do trânsito; sem esse respeito não haveria para ela nada que se repete. Que ela não o tenha escolhido, mas o traga consigo, não muda isso. E que padrões se aprendam antes do alfabeto mostra apenas que a ordem achada é mais antiga que a trazida de fora. Para a pergunta de quanto uma ordem sabe da matéria, isso é indiferente.

Às três etapas é comum que dizem o que pertence junto, e não por quê. É nisso que fracassam, e não apenas em casos difíceis, mas em toda mudança: quem não sabe por que algo pertence junto não sabe se continua junto quando as circunstâncias mudam. É o que a segunda parte pergunta.

PARTE II: POR QUE PERTENCE JUNTO

CAPÍTULO 6: PRINCÍPIO

6.1 O que um padrão produz

Alguém abre o chuveiro, a água está fria, ele gira para o quente. Continua fria, ele gira mais. Então vem quente, quente demais, ele gira de volta, e algum tempo depois está fria de novo. Depois de três, quatro rodadas, ele tem a temperatura que queria. Isso é um padrão: um pendular entre quente demais e frio demais, que retorna em qualquer chuveiro estranho.

Por que pendula? Porque a água que ele mistura só sai do chuveiro depois de alguns segundos. Ele regula pelo que sente, e o que sente é a água de alguns segundos atrás. Cada correção chega tarde demais e por isso passa do alvo. Com isso está indicado algo que produz o padrão: um circuito de medir e regular em que o efeito de um ajuste chega com atraso a quem mede. Onde quer que um tal circuito opere com atraso e corrija com mais força do que o atraso permite, surge o mesmo pendular. Um aquecimento cujo sensor está no lugar errado aquece demais e esfria demais. Um mercado em que camponeses orientam sua criação pelo preço de hoje, que só vai surtir efeito dentro de um ano, produz anos de abundância e anos de escassez.

O que produz um padrão se chamará aqui *princípio*, do latim para começo, origem. Um princípio é de novo uma condensação, mas de outro tipo que o padrão. O padrão reúne muitos casos numa regra; o princípio reúne muitos padrões num fundamento de seu surgimento. O chuveiro, o aquecimento e o mercado têm padrões diferentes, tempos diferentes, oscilações diferentes. O princípio é em todos o mesmo.

6.2 Generalização e princípio

Nem toda proposição geral é um princípio. “A prática leva à perfeição” (DE: „Übung macht den Meister“) reúne muitas experiências, e na maioria das vezes é verdadeira. Mas não diz por que a prática funciona e, por isso, tampouco quando

não funciona: quando se pratica o errado, quando se pratica sem retorno, quando se pratica exausto. É uma generalização, um padrão de grande extensão.

O princípio do retorno atrasado, por outro lado, diz sob que condições o pendular ocorre e sob quais não. Se o efeito chega sem atraso, nada pendula; quem está diante de um chuveiro com encanamento curto acerta a temperatura de primeira. Se se regula em passos menores e se espera, o pendular enfraquece. O princípio não diz, portanto, só o que acontece, mas também o que é preciso mudar para que aconteça de outro modo. E aplica-se a casos que nunca se viu. Quem o compreendeu espera, num regulador com longo atraso, um pendular antes de observá-lo.

O princípio diz ainda mais. Se a correção não age contra o desvio, mas em sua direção, nada pendula, tudo se amplifica. O microfone que capta o próprio alto-falante apita cada vez mais alto; o banco do qual todos retiram o dinheiro porque outros o retiram torna-se insolvente. O mesmo circuito de medir e regular produz, conforme a direção, dois padrões opostos, e pela direção se pode prever qual ocorrerá.

O padrão das órbitas planetárias do cap. 5.1 achou seu fundamento do mesmo modo. Que os planetas percorrem elipses, Kepler o havia constatado; por quê, disse-o só um princípio que explicava também a pedra que cai e as marés: a atração das massas, que diminui com o quadrado da distância. Dele decorreram as elipses de Kepler, e decorreu mais, a saber, que elas não são exatamente corretas, porque os planetas se perturbam mutuamente.

Nisso se distingue um princípio de uma generalização. A generalização diz o que, nos casos conhecidos, coincidiu. O princípio diz o que o produz e, por isso, também onde termina.

6.3 Quando um princípio explica tudo

Uma pessoa doa anonimamente uma grande parte de sua renda. A explicação pela maximização da utilidade não tem dificuldade com isso: ela tira mais satisfação do doar do que do dinheiro. Outra vive como eremita sem posses e maximiza sua tranquilidade. Uma terceira sacrifica a vida por um desconhecido; para ela, pesou mais o sentimento de agir corretamente. O princípio serve toda vez.

Objeção: Sobre isso se pode construir uma objeção contra toda busca de princípios. Um princípio que se confirma em tudo explica o novo reconduzindo-o ao conhecido. O que não se parece com uma variação do conhecido é reinterpretado até se parecer. A efetividade, porém, produz constantemente o novo, um

ato, um modo de vida, uma ideia que antes não parecia possível. Para isso, diz a objeção, a busca de princípios cega.

Réplica: A objeção acerta, mas acerta algo determinado. O retorno atrasado do início do capítulo prevê que um circuito de regulação com atraso longo demais começará a pendular. Isso se pode verificar, e onde não ocorre, a explicação não está certa. A maximização da utilidade na versão que explica igualmente doador, eremita e salvador não pode fracassar em nenhum ser humano. Não diz o que alguém fará, mas interpreta depois o que fez. Um princípio vale tanto quanto os casos que exclui. Se já não exclui nenhum, deixou de ser princípio e é um modo de falar.

Com isso o novo ganha um sinal de reconhecimento: é aquilo em que um princípio comprovado fracassa. Quem busca princípios que podem fracassar não se torna cego para o novo. Só ele tem um órgão para isso.

A ciência conhece esse caminho. Quando a órbita de Urano se desviou do que a atração das massas exigia, supôs-se mais um planeta desconhecido, calculou-se onde ele deveria estar e achou-se ali Netuno. Quando a órbita de Mercúrio se desviou de uma quantidade minúscula, tentou-se o mesmo, e desta vez não se achou nada. O desvio permaneceu, até que uma nova teoria da gravitação o explicou. Visível só era porque o velho princípio era exato o bastante para fracassar nele.

Que o novo não deva ser pensado como variação de algo já conhecido, mas como diferença de direito próprio, é o pensamento condutor de *Diferença e repetição*, de Gilles Deleuze.

6.4 Em que o princípio fracassa

O princípio explica por que um chuveiro com encanamento longo pendula. Se *este* chuveiro pendula esta manhã, não diz. Para isso é preciso saber quão longo é o seu encanamento, quão aberta já estava a torneira, se quem toma banho espera com paciência ou gira apressado, se o reservatório de água quente está cheio. O princípio é geral; o caso é este, e o que nele acontece depende do princípio e de suas condições.

Está aí a deficiência do princípio, o reverso de sua força. Porque abstrai das condições, vale em muitos casos; porque abstrai delas, não explica nenhum por inteiro. Quem quer saber por que aqui e agora aconteceu o que aconteceu precisa do princípio e das condições juntos. As duas coisas juntas se chamarão fundamento.

CAPÍTULO 7: FUNDAMENTO

7.1 Vazio, arbitrário, suficiente

Uma planta de apartamento morreu. Por quê?

A primeira resposta que se oferece é: não era viável. Isso soa como um fundamento e nada diz. “Não viável” só significa que ela morreu, sob outro nome. Respostas assim são mais frequentes do que se pensa; quem diz que alguém fracassou porque não estava à altura da pressão muitas vezes só disse a mesma coisa duas vezes. Um fundamento que apenas repete a coisa é *vazio*.

A segunda resposta nomeia algo diferente: não foi regada. Isso diz algo, mas não basta. O cacto ao lado também não foi regado e vive. E a planta da vizinha foi regada, toda semana, e mesmo assim morreu, porque o vaso não tinha furo e as raízes ficaram na água. O não regar é uma condição entre outras, e quem a destaca destacou uma; por que justamente esta, não o diz. Um fundamento que toma uma condição pelo todo é *arbitrário*↑.

A terceira resposta reúne as condições: esta planta precisa de água toda semana; estava em agosto na janela sul, onde a terra seca em três dias; durante três semanas não havia ninguém para regar. Aqui nada foi destacado, e aqui entra algo que a segunda resposta havia pulado: que tipo de planta é. O cacto teria aguentado as mesmas três semanas, porque é um cacto. A constituição da própria coisa é uma condição, e muitas vezes a mais importante. Um fundamento que reúne todas as condições, inclusive a coisa, se chamará *suficiente*.

Vazio, arbitrário, suficiente: cada etapa corrige o defeito da anterior. A resposta vazia não diz nada de novo; a arbitrária diz algo, mas não o bastante; a suficiente diz o que precisou se reunir para que acontecesse o que aconteceu.

7.2 Quanto é suficiente

Objeção: Um fundamento suficiente↑ é inalcançável. Entre as condições está que o sol brilhou, que a Terra gira, que existem plantas de apartamento. Quem quisesse nomear todas as condições não chegaria ao fim.

Réplica: Não chegaria ao fim se tivesse de nomear todas as condições sob as quais algo em geral acontece. O que se pergunta, porém, é por que *esta* planta morreu, e isso significa: por que morreu e não viveu como no verão passado, como o cacto ao lado. Uma condição que era igual nos dois casos não explica a diferença. O sol brilhou também no verão passado. Suficiente é um fundamento que indica o que num caso era diferente do caso com que se compara. Isso é finito e se deixa verificar: se alguém tivesse regado, ou se a planta tivesse estado na janela norte, teria vivido.

Isso faz o fundamento suficiente depender da pergunta com que caso se compara, e assim costuma ser a pergunta. Quem pergunta por que a planta morreu quer dizer, quase sempre: em contraste com o que se esperava. E quem tem em mente outra comparação recebe outro fundamento, sem que nenhum dos dois esteja errado. Errado seria apenas dar uma condição que era igual nos dois casos como fundamento da diferença.

7.3 O silogismo

Uma forma de fundamentar é tão antiga e tão conhecida que muitas vezes se toma por o fundamentar em geral: o silogismo. Todos os homens são mortais; Sócrates é um homem; logo Sócrates é mortal. Quem admite as duas primeiras proposições tem de admitir a terceira.

O silogismo nada diz sobre se as primeiras proposições são verdadeiras. Garante a transição, não o ponto de partida. Por isso não é um tipo próprio de fundamento ao lado do suficiente↑, mas a forma em que se pode escrever um fundamento suficiente: se esta planta precisa de água semanal e durante três semanas não recebeu nenhuma, então morreu. O “então” é seguro assim que o “se” está completo. Se está completo, o silogismo não diz; verificá-lo é o trabalho que distingue o fundamentar do mero inferir. Também um silogismo válido só fundamenta se o termo que liga suas duas primeiras proposições acerta a coisa. Quem conclui que a rosa é vermelha, que tudo o que é vermelho é belo, logo que a rosa é bela, concluiu validamente; com “espinhosa” como termo médio chegaria, com igual validade, ao contrário. Um termo médio que a coisa apenas também tem é o fundamento arbitrário do cap. 7.1 sob outra figura.

7.4 A quem serve um fundamento

Uma terapia não pega, e a clínica registra: o paciente não tomou os medicamentos como prescrito. É verdade. Não se registra que ele é trabalhador de turnos e deveria ter tomado os comprimidos três vezes ao dia em jejum, o que não se conciliava com seus turnos. O fundamento indicado é verdadeiro, e é justamente o fundamento que alivia a clínica.

Objeção: Disso decorre uma objeção contra toda a arte de fundamentar. Os fundamentos são escolhidos por quem os dá, e estes têm interesses. Uma fundamentação pode ser formalmente impecável, assentar em fatos e mesmo assim servir a uma dominação, ao selecionar quais fatos contam. Quem fundamenta sistematicamente, diz a objeção, apenas refina a ferramenta com que isso acontece.

Réplica: É correto aqui duas coisas: a seleção dos fundamentos é ela mesma uma ação que se deve examinar. E desse exame faz parte a pergunta a quem um fundamento serve. Mas pelo que se tornou visível a falha no exemplo? Por outro fundamento, a escala de turnos. A crítica à fundamentação da clínica é ela mesma uma fundamentação, e a mais completa. Não contesta que os comprimidos foram tomados errado. Mostra sob que condições isso aconteceu e quem poderia tê-las mudado.

Na linguagem deste capítulo: a clínica deu um fundamento arbitrário↑, uma condição verdadeira, destacada, e a seleção recaiu onde não lhe doía. A suspeita de que um fundamento serve a alguém não encerra, portanto, o fundamentar. Dá-lhe uma tarefa: procurar as condições que faltam. Naquilo que critica ela só se converte onde recusa essa tarefa e conclui, da utilidade de um fundamento, sua falsidade.

Que a própria razão pode tornar-se instrumento de dominação, Max Horkheimer e Theodor W. Adorno o desenvolveram em *Dialética do esclarecimento*.

7.5 O fundamento na coisa

Entre as condições de que a planta morreu havia uma de tipo diferente das demais: que tipo de planta é. A janela sul, o agosto, as três semanas sem regar são circunstâncias; poderiam ter sido outras, e a planta seria a mesma. Que precise de água semanal não é circunstância. Pertence a ela, e se muda, é outra planta.

Com isso se pode resgatar o que o cap. 3.2 teve de deixar em aberto. Ali se disse que essencial é aquilo de que o resto depende, mas o que significa “depender”

ficou sem esclarecimento. Agora se pode dizer: algo depende de outro quando o outro está entre os seus fundamentos. Essencial numa coisa é a parte de seus fundamentos que pertence a ela própria e não às suas circunstâncias. No livro era o texto: dele decorrem conteúdo, estrutura e valor para o leitor, não importa em que capa esteja. E também a segunda pergunta em aberto do cap. 3.2 recebe resposta, a pergunta de como o quê se toma uma coisa. Toma-se-a como aquilo de que se procuram os fundamentos. O leitor procura os fundamentos do que o livro lhe dá e acha o texto; o colecionador procura os fundamentos do que este exemplar vale e acha entre eles a sobrecapa.

7.6 Em que o fundamento isolado fracassa

Enquanto se pergunta pelo fundamento de um acontecimento isolado, basta ter as condições reunidas. É diferente quando se pergunta pelo fundamento de um múltiplo: por que esta planta tem folhas, caule e raízes e justamente estes; por que dela existem vinte variedades; por que brota na primavera e se recolhe no outono. Aqui não se trata de explicar um acontecimento, mas um todo, e o fundamento já não é uma série de condições, mas o que a coisa mesma é: um ser vivo que precisa de luz, água e solo para se manter. A partir dele tornam-se compreensíveis as partes, as variedades, as estações.

Um tal fundamento já não ordena de fora e não se limita a constatar o que retorna. Estrutura um todo a partir do que ele é. Como isso acontece e de quantas maneiras, pergunta a terceira parte.

7.7 Retrospecto da segunda parte

Por que estão aqui justamente princípio e fundamento, e por que nesta sequência?

A primeira parte terminou com a pergunta por que algo pertence junto. Essa pergunta pode ser respondida em dois níveis. Pode-se indicar o que um padrão em geral produz, não importa onde apareça: o princípio. E pode-se indicar por que apareceu aqui e agora: o fundamento, que toma o princípio junto com suas condições. A sequência não se inverte, pois o fundamento suficiente↑ contém o princípio como uma de suas condições, a que está na coisa; o princípio, ao contrário, não precisa do caso isolado.

Objeção: Pergunta-se primeiro, afinal, pelo fundamento do caso isolado, por que minha planta morreu, e só depois, se tanto, por princípios.

Réplica: Pergunta-se assim, e não é preciso proceder assim. A sequência desta parte é, como a da primeira, de dependência. Quem indica o fundamento suficiente para a planta morta diz que ela precisa de água semanal: um princípio de sua espécie, quer o chame assim ou não. O fundamento do caso isolado é a formação mais rica, e por isso vem em segundo lugar.

Ambos os níveis dizem por que algo pertence junto. Nenhum deles diz como é construído um todo que consiste em muitos membros, todos os quais devem se tornar compreensíveis a partir do mesmo fundamento. Para isso é preciso uma ordem que já não explique casos isolados, mas estruture um todo.

PARTE III: COMO UM TODO É CONSTRUÍDO

O que esta parte trata, como se divide um objeto, como se distinguem espécies, como se examina uma estrutura, foi um dia matéria escolar. A lógica, tal como foi ensinada durante séculos, tinha três partes: a doutrina do conceito, a do juízo e a do silogismo. A primeira tratava de definição, divisão e da relação entre gênero e espécie.

Essa doutrina desapareceu, e não porque tenha sido refutada. Foi triturada entre dois sucessores, nenhum dos quais a assume. A teoria dos conjuntos determina um conjunto por seus elementos. Isso é exato e potente, e não contém nenhuma determinação de ordem: uma enumeração de coisas quaisquer é um conjunto como qualquer outro, e se uma divisão é adequada à matéria não se deixa perguntar nessa linguagem. A lógica formal é, ao ligar proposições, muito mais finamente desenvolvida do que tudo o que a lógica mais antiga tinha. Mas começa em proposições prontas com conceitos prontos. Como de um objeto confuso se fazem os conceitos com que depois se pode calcular, não é o seu objeto.

Entre as duas está o trabalho de que aqui se trata. Não se deixa formalizar, mas não é arbitrário↑: há estruturas melhores e piores, e aquilo em que isso se mostra pode ser indicado.

Um todo pode ser interrogado de várias maneiras; cada pergunta resulta numa estrutura diferente. A primeira está mais próxima do que a primeira parte já conhecia, o separar: que espécies há?

CAPÍTULO 8: ESPÉCIES



Figura 1: O símbolo das espécies: três figuras separadas, sem moldura. A distância entre elas carrega o significado.

8.1 A baleia

Durante muito tempo a baleia valeu como peixe. Vive na água, tem forma hidrodinâmica e nadadeiras, nada. Hoje vale como mamífero: respira ar, é de sangue quente, dá à luz filhotes vivos e os amamenta. Ambas as divisões são formadas por características. Por que a segunda é melhor?

As características segundo as quais a baleia era antes dividida dependem do hábitat. Quem vive na água e se move depressa ganha forma hidrodinâmica, seja peixe, mamífero ou ave; também o pinguim a tem. Tais características são consequências das circunstâncias e por isso aparecem em animais bem diferentes. As características segundo as quais a baleia é hoje dividida aparecem juntas, e não por acaso. Sangue quente, respiração pulmonar e amamentação dos filhotes a baleia tem em comum com os animais terrestres de que descende; conservou-as quando seus ancestrais foram para a água, embora ali sejam antes um estorvo. Não decorrem das circunstâncias, mas do que ela é.

Com isso retoma-se o que o cap. 7.5 achou. Uma boa divisão divide segundo o que pertence aos fundamentos de uma coisa, não segundo o que pertence às suas circunstâncias. A baleia não foi redividida porque alguém preferia outro respeito, mas porque se mostrou quais características decorrem de quais. Essa é a diferença em relação à ordem em compartimentos do cap. 4: ali a característica era escolhida. Aqui é buscada, e por isso pode-se errá-la.

Uma ordem por espécies se chamará *classificação*. Sua pergunta é: que espécies há? Seus membros estão lado a lado, excluem-se mutuamente e não

decorrem uns dos outros: um cão é uma espécie de mamífero, não um estágio dele.

8.2 Correta e boa

Para divisões valem as regras que os compartimentos já conheciam (cap. 4.2). Num nível, a característica não pode mudar; as espécies de um nível devem excluir-se mutuamente e juntas cobrir tudo o que se divide. A forma mais estrita que se pode dar a essas regras é a dicotomia: divide-se um todo segundo uma característica no que a tem e no que não a tem, e divide-se cada metade de novo assim. O corpóreo e o incorpóreo, o corpóreo em vivo e não vivo, o vivo em sensciente e não sensciente. A dicotomia é sem lacunas, pois o que não é uma coisa é a outra.

A dicotomia tem um preço. Obriga cada objeto a uma sequência de decisões de sim e não. Poucos objetos são construídos assim. E é desigual: uma metade é determinada por uma característica, a outra apenas por sua falta. "Não sensciente" não diz o que uma coisa é, só o que lhe falta, e o que é assim dividido facilmente é tratado como resto. A divisão dos seres vivos, como a biologia hoje a faz, não paga esse preço. Não divide em dois, mas em tantos membros quantos existem: uma ordem se decompõe em um número qualquer de famílias, uma família em um número qualquer de gêneros. E muda a característica de nível em nível. O que num nível distingue já não distingue no seguinte, e o que ali separa era indiferente mais acima. Isso não viola a regra, pois em cada nível isolado a característica permanece a mesma. Adapta-se ao objeto: nos seres vivos não há característica única que separe em todos os níveis, e quem a força obtém uma divisão formalmente correta que nada explica.

Nisso se mostra a diferença entre uma divisão correta e uma boa. Correta é quando os membros se excluem e cobrem o todo. Boa é quando as fronteiras passam onde o próprio objeto faz diferenças, quando portanto a característica não só separa, mas acerta algo. Quem ordena seus livros por cor dividiu corretamente, desde que cada livro tenha uma cor, e nada captou do livro.

Por trás há algo que vai além da divisão. Uma determinação é o que é por aquilo que exclui. "Mamífero" só significa algo porque há animais que não são mamíferos. Uma divisão é, por isso, a tentativa de traçar fronteiras onde algo começa a ser outra coisa, e fracassa, sem conter erro lógico, quando traça as fronteiras em pontos em que a coisa não as tem.

8.3 Onde o objeto não traça fronteira

Onde termina o laranja e onde começa o vermelho? Ponha cem tons lado a lado, do amarelo puro ao vermelho puro, cada um mal distinguível do vizinho. Em algum ponto você teria de traçar uma linha, e cada linha teria de ser justificada: por que aqui e não um tom adiante? As línguas a traçam de modo diferente. Algumas nem têm palavra própria para laranja.

Objeção: Tais transições não existem só nas cores. Entre colina e montanha, entre criança e adulto, entre uma espécie e aquela de que descende não há linha, mas um curso. Uma classificação que aqui forma classes traça fronteiras que no objeto não ocorrem e força cada coisa para um lado ou para o outro. Faz violência ao curso e a dá por ordem.

Réplica: A regra da seção anterior já contém a resposta. Boa é uma divisão cujas fronteiras passam onde o próprio objeto faz diferenças. Onde não faz, há dois caminhos honestos. Pode-se caracterizar a fronteira como convenção: é-se maior de idade aos dezoito, não porque nesse dia aconteça algo, mas porque em algum lugar é preciso uma fronteira. Ou classificam-se não coisas, mas graus. Desonesta a classificação se torna só quando trata uma fronteira convencionada como se fosse achada.

Os casos-limite não refutam, portanto, o classificar. Informam onde o objeto não faz corte, e onde se acumulam sabe-se que a divisão nesse ponto é convenção.

O problema é antigo. Os gregos o conheciam como o sofisma do monte: nenhum grão isolado que se tira faz do monte um não-monte, e no entanto no fim não sobra nenhum.

8.4 Quando o dividir não cessa

Quem aprendeu a dividir pode exagerar. Vai passear com um amigo, e enquanto o amigo conta, ele vai classificando junto: agora profissão, agora família, agora ambos. Ouve para enquadrar, e o que o amigo quer dizer se perde, porque não cabe em nenhuma de suas classes. A classificação já não tem aqui pergunta alguma a que sirva. Ordena porque pode.

A compulsão de dividir tem um fundamento compreensível. Quem pode atribuir algo a uma espécie sabe o que esperar dele; o não classificado, em contrapartida, inquieta. Mas a expectativa que uma espécie fornece vale tanto quanto a espécie. Quem atribuiu uma pessoa a uma espécie depois de três frases ouve, a partir da quarta, só o que combina com ela. A frase “Não sei de que caso

se trata” (DE: „Ich weiß nicht, was für ein Fall das ist“) é por isso muitas vezes o começo do compreender, não o seu fracasso.

8.5 Em que a espécie fracassa

Quem sabe que a baleia é um mamífero sabe muito sobre ela: que respira ar, que amamenta os filhotes, que tem sangue quente. Como funciona seu coração, como é constituído seu pulmão, como consegue prender o ar por tanto tempo, ele ainda não sabe com isso. A espécie diz o que a baleia tem em comum com outros e em que se distingue deles. Não diz como é construída.

É esse o limite da classificação. Seus membros estão lado a lado, cada um um todo por si, e a divisão diz respeito à relação entre eles, não ao interior de cada um. Um coração é parte do cão, mas não uma espécie de cão. Quem quer saber como uma coisa isolada é construída precisa fazer outra pergunta: de que consiste?

CAPÍTULO 9: PARTES



Figura 2: O símbolo das partes: uma única figura fechada, diferenciada no interior.

9.1 Duas decomposições de uma bicicleta

Uma bicicleta pode ser decomposta de duas maneiras. Pode-se decompô-la segundo o material: aço, alumínio, borracha, plástico, um pouco de couro no selim. Essa decomposição é completa, cada peça cai sob um material, e para o ferro-velho é a certa. Mas pode-se também decompô-la segundo o que ela faz: um quadro sustenta, duas rodas rolam, uma transmissão passa a força das pernas, freios param, um guidão dirige. Essa decomposição é igualmente completa, e para quem quer compreender ou consertar a bicicleta é a certa.

A segunda decomposição tem algo que falta à primeira: diz por que são justamente essas partes. Um veículo que um ser humano move com a própria força precisa carregá-lo, precisa rolar, precisa transmitir a força, precisa parar e poder ser dirigido. Se falta um desses, não é uma bicicleta utilizável; uma roda sem freio é perigosa, uma sem guidão vai em linha reta para dentro da curva seguinte. As partes decorrem daquilo para que o todo existe. A decomposição segundo o material, por outro lado, nada diz sobre a bicicleta que não valesse também para um monte de sucata.

Uma ordem por partes se chamará *composição*, do latim para composição; onde se trata de textos, diz-se em geral estrutura. Sua pergunta é: de que consiste? Diferente das espécies, as partes não são cada uma um todo; são membros de um único todo e só nele são o que são. Um guidão que não está preso a bicicleta nenhuma não dirige nada.

9.2 O que torna uma estrutura boa

A mesma distinção vale para qualquer estrutura. Quem deve proferir uma palestra sobre um grande tema pode estruturar pela história, pelas áreas parciais, pelas aplicações ou pelas questões controversas. Cada uma dessas estruturas é possível, só que cada uma põe uma pergunta diferente ao tema. Qual é a certa depende primeiro do que a palestra deve realizar: é de novo o respeito do cap. 3. Mas dentro de cada uma dessas estruturas há melhores e piores. Uma estrutura por áreas parciais que apenas enumera suas áreas é pior do que uma que mostra por que a área se decompõe justamente nessas partes.

O número de partes é fixado aí pela matéria, não pelo desejo de um número redondo. Uma bicicleta tem tantas partes quantas tarefas a cumprir; um corpo tantos órgãos quantas funções precisa. Quem quer dividir uma palestra obrigatoriamente em três pontos porque três pontos se memorizam bem tem um fundamento, mas do ouvinte, não da matéria. Isso pode ser legítimo; só não deveria ser confundido com uma informação sobre o tema.

9.3 Quando a estrutura se torna mais importante do que o estruturado

Também o estruturar pode ser exagerado. Quem prepara uma palestra e, em vez de pensar no conteúdo, passa horas pensando se devem ser três ou quatro pontos principais e se a seção 3.2.1 não ficaria melhor como 3.1.2 soltou a estrutura do estruturado. Uma estrutura é visível e se deixa mostrar, verificar, melhorar. Um pensamento é mais difícil de apreender, ainda mais porque muitas vezes só surge ao escrever. Por isso o trabalho na estrutura é uma fuga cômoda do trabalho no pensamento.

O antídoto é simples e incômodo: desenvolver primeiro o conteúdo e ganhar a estrutura a partir dele. Uma estrutura que resulta do conteúdo tem fraturas onde o conteúdo tem fraturas. Essa é a sua vantagem. Uma estrutura que estava fixada antes do conteúdo é lisa e nada diz sobre ele.

9.4 A estrutura de um livro de não ficção

Um livro de não ficção é uma composição com uma única série (cap. 4.3): o que quem escreve vê lado a lado diante de si, o leitor precisa ler um após o outro.

Suas partes são capítulos, e cada um deve ter uma tarefa que decorre do todo, como o freio do andar. Um capítulo que se poderia cortar sem que ao curso do pensamento falte algo não é parte, mas apêndice.

Três erros voltam tão regularmente ao estruturar livros de não ficção que se pode reconhecê-los como padrão. Acumulam-se onde textos surgem em grande quantidade e depressa, e mais ainda onde programas os escrevem. O primeiro é o mesmo plano de construção para cada capítulo: entrada, esclarecimento de conceitos, três subtipos com forças e fraquezas, objeção, solução, transição. Um tal plano está fixado antes do conteúdo e diz sobre ele tanto quanto a decomposição da bicicleta segundo o material: cada capítulo cabe nele, não importa do que trate. O segundo é a lista no lugar da transição. Quem põe três pontos um sob o outro não precisa dizer como o segundo decorre do primeiro, e justamente essas transições teriam sido o argumento. O terceiro é o anúncio: um parágrafo diz o que o capítulo mostrará, em vez de mostrá-lo, e no fim outro diz o que ele mostrou.

O contrateste é o mesmo que o da bicicleta. Pode-se dizer de cada capítulo por que está neste lugar e o que entrega ao seguinte? Pode-se dizer em cada transição em que a anterior fracassou ou o que deixou em aberto? Então a estrutura foi ganha a partir do conteúdo. Se não se pode dizer, ela lhe foi imposta de fora, e o leitor o percebe, o mais tardar, no terceiro capítulo, que se parece com o segundo.

9.5 Em que a decomposição fracassa

O guidão só dirige na bicicleta. Mas também a bicicleta só anda numa rua, com um ser humano sobre ela, que pedala, dirige e freia. O freio só tem sua tarefa na relação com a rua, cujo declive e umidade determinam quão forte precisa agarrar. E o selim está ajustado para esse ser humano; para outro, precisa ficar mais alto ou mais baixo. As partes da bicicleta são partes de um todo que por sua vez só em ligação com outra coisa é o que é.

A mesma peça pode, além disso, pertencer a vários todos. O coração é parte deste corpo, e depois de um transplante é parte de outro. Um colaborador é parte de seu departamento, de sua família e de seu clube, e em cada um é outra parte. A decomposição de um todo diz de que ele consiste; com o que ele e suas partes se ligam, não diz. É o que pergunta a ordem seguinte.

CAPÍTULO 10: CONEXÕES

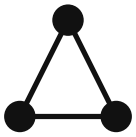

Figura 3: O símbolo da referência: várias figuras ligadas por linhas.

10.1 Tudo se conecta

Quem recebe a oferta de um novo emprego em outra cidade não pensa só no emprego. Pensa na família, que teria de se mudar ou ficar, no aluguel na nova cidade, nos amigos, na escola das crianças, no trajeto até o trabalho, nos pais, que envelhecem. Cada uma dessas ligações é real, cada uma se liga de novo a outras. O aluguel depende da localização, a localização do trajeto, o trajeto do tempo que sobra para as crianças.

Uma ordem que segue tais ligações se chamará *relação*, do latim para referência. Sua pergunta é: com o que se conecta? Não ordena nem por espécies nem por partes, mas dá nós em fios; sua rede é a ordem.

A dificuldade dessa ordem mostra-se de imediato. Há ligações ilimitadas, e tudo se conecta de algum modo com tudo. Quem quer decidir sobre o emprego não pode seguir cada ligação. Precisa saber quais sustentam. Para isso ajuda distinguir as ligações segundo o modo como se conectam.

10.2 Três tipos de conexão

Algumas ligações são apenas observadas. Quem tem mais instrução ganha em média mais: é o que mostram os números. Por quê, não mostram. Talvez a instrução torne possível a renda maior; talvez ambos tenham uma causa comum,

a origem, por exemplo, que facilita tanto a formação mais longa quanto os melhores empregos. Uma tal conexão se chamará *factual*↑. É real, mas não diz como se produz.

Outras ligações são efeitos. O atraso no encanamento faz o chuveiro pendular (cap. 6.1); o juro encarece o crédito, e o crédito caro freia a construção de casas. Uma tal conexão se chamará *funcional*. Diz o que age sobre o quê e, com isso, também o que muda quando se intervém.

Outras ainda estão naquilo que as coisas são. Comprador e vendedor se conectam porque um sem o outro não seria o que é; quem compra compra de alguém. Uma tal conexão se chamará *conceitual*. Não precisa ser observada nem produzida; quem compreende a coisa a compreende junto.

Os três tipos são facilmente confundidos, e a maioria das falácias do pensar em relações são tais confusões. Quem conclui, do número de que os instruídos ganham mais, que a instrução eleva a renda tomou uma conexão factual por funcional. Pode ter razão; provado, não o provou.

10.3 Árvore e rede

As ordens da primeira parte davam a cada coisa um lugar. O ofício do cap. 4.3 estava numa pasta, e o que teria pertencido a dois lugares faltava no segundo. Uma ordem por conexões não precisa disso. Pode ligar a mesma coisa a muita coisa.

Quem hoje organiza arquivos tem as duas à disposição e em geral usa as duas. A árvore de pastas é hierárquica: cada arquivo está em exatamente um lugar, e quem o procura percorre o caminho a partir de cima. A indexação por etiquetas não é: o mesmo arquivo leva um número qualquer de marcas, e quem o procura acessa por uma delas. A árvore serve onde uma coisa pertence inequivocamente a algum lugar e se conhece o caminho. As marcas servem onde uma coisa interessa sob vários respeitos e não se sabe sob qual se a procurará depois.

As bibliotecas desenvolveram para a segunda forma uma doutrina própria, a classificação facetada. Em vez de enquadrar um objeto uma vez, descreve-o segundo vários eixos independentes, matéria, procedimento, lugar, tempo, e admite toda ligação. Uma árvore com cinco características teria cinco níveis e uma sequência fixa; a ordem facetada tem cinco eixos e nenhuma. Na programação encontra-se o mesmo contraste. A herança é uma árvore: uma classe herda de uma superclasse, e o que vale em cima vale para tudo o que está abaixo. Sustenta enquanto as coisas estão numa ordem, e torna-se inútil assim que uma coisa

é determinada sob vários respeitos ao mesmo tempo. A resposta são módulos que se encaixam: em vez de perguntar o que algo é, determina-se o que pode fazer, e as capacidades são ligadas.

A pergunta do cap. 4.3 não está resolvida com isso, apenas deslocada. Marcas, ordenações e filtros quaisquer só existem onde alguém previu e construiu os campos para isso, para dados em geral e para estes dados em particular↑. Um arquivo sem campo para o remetente não pode filtrar por remetentes, por mais ágil que seja no mais. Quais respeitos contam não é então decidido ao arquivar, mas ao construir o sistema. A decisão cai uma vez, para todos os casos futuros, e por isso é mais facilmente ignorada do que a do registrador, que a cada ofício precisava escolher de novo.

A mesma pergunta se coloca onde não se ordenam ofícios, mas tarefas. Um Estado as distribui entre ministérios e órgãos, uma empresa entre departamentos, e cada tarefa tem com isso exatamente um lugar. As conexões da coisa não se atêm a isso. Uma nova estrada afeta o trânsito, o ar, a saúde e o orçamento, e cada pasta vê nela aquilo por que é responsável. Quem reúne as partes só no topo, no conselho de ministros ou na reunião dos chefes de departamento, vê apenas o que uma das pastas já viu; o que está entre elas não está em nenhuma pasta de arquivo. Por isso as administrações estendem sobre a árvore de suas competências uma rede: grupos de trabalho comuns, obrigações de envolver outros órgãos, instâncias que, transversais a todas, olham para o todo. O quanto ela sustenta se decide, como no arquivo, na construção, nas conexões que estão previstas.

Árvore e rede não são, por isso, visões de mundo entre as quais se devesse escolher. São formas de ordem com forças diferentes, e a escolha se orienta por objeto e finalidade. Quem ordena um código de leis precisa de univocidade e toma a árvore. Quem cataloga literatura de pesquisa precisa de acesso múltiplo e toma marcas. Quem precisa de ambos toma ambos, e a maioria dos sistemas faz exatamente isso.

10.4 Quando uma relação é mal lida

Num bairro registram-se mais crimes do que nos demais. O número está correto. Lê-se, em geral, como afirmação sobre os moradores: ali as pessoas seriam simplesmente mais criminosas. Que nesse bairro também se fiscaliza mais e por isso se descobre mais desaparece nessa leitura. E a leitura age: onde se presume mais criminalidade, fiscaliza-se mais, e a próxima estatística confirma a anterior.

Objeção: Disso se pode extrair uma objeção contra o pensar em relações. Quem constata relações não apenas constata. Escolhe quais ligações são traçadas e sugere como devem ser lidas. Assim uma rede de conexões pode fazer uma ordem das coisas parecer natural, justamente porque cada ligação isolada está correta.

Réplica: A objeção descreve exatamente o erro contra o qual foi feita a distinção dos três tipos de conexão. Entre o bairro e o número de crimes registrados existe uma conexão factual↑. Lê-la como funcional, como efeito dos moradores sobre o número, exige uma prova que o número não fornece. Não se encobre porque se pensam relações, mas porque um tipo de relação é dado por outro. O que falta aparece assim que alguém traça a linha ignorada: da fiscalização ao registro, e do registro de volta à fiscalização.

A crítica a uma rede de relações é, portanto, ela mesma pensar em relações, e mais exato. Pergunta de que tipo é uma ligação e traça a que falta.

Que saber e poder não são exteriores um ao outro, mas se produzem mutuamente, é um pensamento central na obra de Michel Foucault.

10.5 Quando tudo se conecta com tudo

Quem quer comprar uma cafeteira pode ligar a decisão às condições de trabalho nas plantações, ao consumo de energia, ao lixo das cápsulas, ao espaço na cozinha, ao gosto dos convidados e ao orçamento doméstico dos próximos anos. Cada uma dessas ligações é legítima. Quem as segue todas não compra cafeteira.

O pensar em relações tem seu próprio exagero, um que parece rigor. Quem vê muitas conexões parece inteligente e responsável, e muitas vezes o é. Mas por trás do conectar pode esconder-se o receio da decisão: enquanto ainda houver uma ligação não considerada, não é preciso decidir. A pergunta que ajuda contra isso não é com o que algo se conecta, mas quais conexões sustentam neste ponto. É de novo o respeito do cap. 3, agora aplicado à rede.

10.6 Em que a rede fracassa

Uma rede mostra com o que algo se conecta, mas o mostra num instante. Quem descreve uma briga num departamento, quem está envolvido, quem se aliou a quem, quem acusa quem de quê, desenhou uma rede, talvez até completa. Mesmo assim todo aquele que a ouve pergunta: como isso começou? A rede de

hoje não é a do ano passado, e quem conhece só a de hoje vê as posições, mas não por que estão assim, nem que um dia estiveram diferentes.

Todas as três ordens desta parte têm isso em comum. Espécies, partes e conexões mantêm seu objeto parado. Perguntam o que ele é, de que consiste, com o que se conecta, e pressupõem que nesse meio-tempo ele não muda. Em muitos objetos isso não prejudica; uma caixa de ferramentas pode ser dividida sem que o tempo faça diferença. Em outros, é o próprio erro. Quem o nota faz a pergunta seguinte: o que se move, e segundo o quê?

Para ler em seguida: *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Cap. 15.8, *A organização* (2026), Cap. 3

CAPÍTULO 11: CURSOS

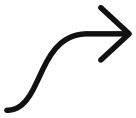

Figura 4: O símbolo do processo: uma trajetória curva com ponta de seta. Curva, porque uma seta reta afirma progresso onde só se tem em vista o curso.

11.1 Como começou

A pergunta “Como isso começou?” (DE: „Wie hat das angefangen?“) procura algo que falta na descrição da briga: o curso. Descrito como estado, um conflito parece um arranjo de posições. Descrito como curso, mostra por que as posições estão como estão.

O mesmo vale em outros lugares. As queixas de um doente compõem um quadro, mas muitas vezes só o seu curso dá um diagnóstico: se a febre veio de repente ou subiu devagar, se volta a cada três dias. Num edifício com rachaduras, a posição das rachaduras diz menos do que o modo como cresceram. E quem quer saber o que significa uma palavra controversa vê como veio a significar isso.

Uma ordem segundo o curso se chamará brevemente *curso*, com o estrangeirismo já assentado *processo*. Sua pergunta é: o que se move, e segundo o quê?

11.2 Quando uma coisa só se deixa apreender como curso

Nem todo objeto exige essa pergunta. Uma caixa de ferramentas pode ser dividida sem que o tempo faça diferença; o alfabeto também. A pergunta que decide é: o que algo é muda por o tempo passar?

Num martelo, não. Desgasta-se, mas continua sendo um martelo. Num ser humano, sim: uma criança não é um adulto pequeno, mas outra coisa, e a descrição que vale para um falha no outro. Numa instituição também: um clube no ano de sua fundação e o mesmo clube cem anos depois não são o mesmo com outros membros.

Onde a resposta é sim, uma estrutura que imobiliza o objeto não é só incompleta. Descreve um estado e o dá pela coisa.

11.3 Segundo o quê algo se move

Que algo mude ainda não é uma ordem; tudo muda. Uma ordem segundo o curso só surge quando se indica segundo o quê. "Primeiro era assim, depois assim, depois assim" (DE: „Erst war es so, dann so, dann so") é uma enumeração de estados, não uma estrutura. É a mesma exigência que já as espécies e as partes tinham de cumprir: uma divisão que não nomeia sua característica não é divisão, e um curso que não nomeia seu princípio tampouco.

Os princípios são diferentes, e podem-se distinguir alguns. Algo cresce: há mais do que ele é, sem mudar de espécie, como uma coleção ou um patrimônio. Algo amadurece: percorre estágios que decorrem uns dos outros e não são intercambiáveis, como um organismo, uma habilidade, uma compreensão. Algo retorna: o movimento volta sem que o estado no todo mude, como as estações ou a alternância de tensão e repouso. Algo se intensifica até virar: a mudança é de mais ou menos, até que num limiar se torna de espécie, como a água que congela ou uma briga que escala. E algo se desfaz: perde o que o mantinha junto, e as partes ficam.

Quem quer ordenar um curso busca seu princípio e muitas vezes encontra vários que se sucedem. Uma briga se intensifica até virar; depois retorna em forma mais branda; em algum momento a relação se desfaz, ou amadurece. A estrutura consiste então em nomear as transições, não as estações.

11.4 O ritmo

Uma forma de movimento merece atenção especial, porque diz respeito ao próprio ordenar. Quem pensa por mais tempo numa coisa nota uma alternância entre dois movimentos. Num, coleta: abre-se ao material, recolhe pontos de vista, deixa tudo ficar confuso. No outro, ordena: condensa, decide, deixa de fora.

Ambos os movimentos são necessários, e ambos têm sua tentação. Quem fica no coletar nunca chega a um resultado; tem sempre mais uma fonte. Quem ordena cedo demais tem um resultado que não resiste ao material. A alternância vem da coisa: ordenar pressupõe material, e coletar material só vale a pena enquanto a ordem existente já não o abarca. O ritmo é a forma de movimento de um fazer que precisa de ambos e não pode ambos ao mesmo tempo.

Em ponto maior, o mesmo retorna, como numa escada em caracol: o compreender volta às mesmas perguntas, mas uma volta acima. O que anos atrás parecia esclarecido mostra novos lados, não porque a compreensão anterior estivesse errada, mas porque quem compreende viu entretanto mais. Também isso é um curso com um princípio: cada retorno traz consigo o que se acrescentou desde o último.

11.5 Quando espécies são estágios

Em alguns objetos, as espécies que se distinguem são ao mesmo tempo os estágios que se produzem mutuamente.

A escrita é um exemplo. Pode-se dividir as escritas segundo o que um signo representa: uma coisa, uma palavra, uma sílaba, um som. É uma divisão por espécies: cada escrita pode ser examinada quanto a qual espécie segue. É ao mesmo tempo, em grandes traços, uma sequência no tempo, e uma sequência com fundamento. Uma escrita que precisa de um signo próprio para cada palavra precisa de milhares de signos; quem começa a usar signos segundo seu som para outras palavras precisa de menos, e quem decompõe o som até os sons isolados se arranja com poucas dezenas. Cada espécie resolve um problema da anterior.

Quem separa isso perde algo. Quem lê as espécies de escrita só no tempo tem uma crônica sem fundamento: uma coisa seguiu-se a outra, simplesmente. Quem as lê só como espécies tem uma divisão sem fundamento: há simplesmente quatro, e que tenham surgido nessa ordem seria acaso. Lidas juntas, resulta um terceiro. As espécies são estágios porque cada uma é formada naquilo em que a anterior fracassou. E isso é uma informação sobre o objeto,

não sobre o método: onde espécies e estágios coincidem, tem-se algo que se desenvolve a partir de um problema.

11.6 Duas ordens ao mesmo tempo

Que duas maneiras de ordenar valham ao mesmo tempo ocorre com frequência, de dois modos diferentes. Na escrita, uma interfere na outra: as espécies *são* os estágios, e só se compreendem ambos juntos. Um guia de viagem de uma cidade, em contrapartida, tem em geral três partes: a história da cidade, seus bairros e suas atrações por tipo, museus, igrejas, parques. São três perguntas ao mesmo objeto, uma pelo curso, uma pelas partes, uma pelas espécies, e estão uma atrás da outra porque um sumário só conhece uma série (cap. 4.3). No primeiro caso uma interfere na outra, no segundo uma está ao lado da outra. Quem confunde as duas toma ou uma mera vizinhança por uma conexão interna ou ignora uma que existe.

11.7 Em que o curso fracassa

Um curso mostra como algo veio a ser e pode indicar segundo o quê. Onde, porém, espécies e estágios coincidem, mostra mais do que ele mesmo pode explicar. Por que cada espécie de escrita é formada justamente no problema da anterior, a sequência dos estágios não diz; mostra apenas que foi assim. A pergunta que aqui se coloca vai além do curso: existe uma ordem em que os membros resultam de um único fundamento, de modo que a própria ordem diz por que são justamente estes membros e por que nesta sequência?

CAPÍTULO 12: AUTODESDOBRAMENTO



Figura 5: O símbolo do autodesdobramento: um triângulo em que se encaixa outro invertido, cujos vértices tocam os pontos médios dos lados. A mesma figura se repete em cada uma de suas partes.

12.1 Os números

Os números com que se aprende a calcular na escola têm espécies: naturais, inteiros, racionais, reais. Pode-se decorá-los como nomes de cidades. Mas pode-se também ver por que existem.

Com os números naturais, um, dois, três, pode-se contar e somar, e de modo que toda soma fecha. A subtração nem sempre fecha: três menos cinco não é um número natural. Para que feche, precisa-se dos números negativos, e com eles dos inteiros. Com os inteiros toda subtração fecha, mas nem toda divisão: sete dividido por três não é um número inteiro. Para que feche, precisa-se das frações, os números racionais. Com eles toda divisão fecha, mas nem toda extração de raiz: nenhum número racional dá dois quando multiplicado por si mesmo. Para que feche, precisa-se de novos números; os números reais não fecham apenas essa lacuna, mas todas as lacunas da reta numérica. E o jogo continua: também entre eles não há nenhum cujo quadrado seja menos um.

Essa ordem tem algo que nenhuma das anteriores tinha. Diz por que são justamente essas espécies: cada uma surge de uma conta não fechar na anterior. Diz por que estão nessa sequência: nenhuma se deixa formar antes da anterior, pois só nela se mostra a conta que não fecha. E diz o que é comum a todas: são

números com que se pode calcular, cada espécie um modo de tornar o calcular mais completo. As espécies são aqui ao mesmo tempo etapas que se constroem umas sobre as outras, como na escrita (cap. 11.5). Só que a sequência aqui não é a da história, pois que a raiz de dois não é fração sabia-se muito antes dos números negativos. É a sequência da construção, e seu fundamento está à vista: a única exigência de que a conta feche.

12.2 Universal, particular, singular

Nos números distinguem-se três lados que retornam em toda ordem desse tipo. Há um universal↑ que é o mesmo em todos os membros: o calcular, que deve fechar. Há particulares em que o universal se estrutura: as espécies de números. E há singulares em que o todo se torna efetivo: este número, a raiz de dois, um terço, menos cinco. As particularizações não estão penduradas de fora no universal; decorrem dele, assim que se o considera sob certas condições, aqui: sob a condição de que uma determinada conta deve fechar.

O mesmo se pode mostrar numa coisa que não vem da matemática. O universal de uma democracia é que os governados determinam o governo. Como isso se dá depende de condições. Numa comunidade cujos cidadãos cabem numa praça, eles mesmos podem deliberar e votar. Num país de milhões não podem, e assim elegem representantes. As espécies de democracia, a direta e a representativa, não são portanto formas arbitrárias que por acaso levam o mesmo nome; são o universal sob condições diferentes. E efetiva a democracia só se torna sempre como singular: nesta assembleia municipal, neste parlamento, com estas pessoas.

Uma ordem em que o particular resulta do universal sob condições e se torna efetivo no singular se chamará aqui *autodesdobramento*, porque nela a coisa produz seus membros a partir de si. É de novo o que o cap. 7 chamou fundamento suficiente↑: o universal com suas condições. Novo é que o fundamento aqui não explica um acontecimento isolado, mas todo um campo estruturado.

Para o universal que assim produz suas particularizações a partir de si, e para o todo assim estruturado, a língua tem duas palavras antigas, que no cotidiano usa de modo mais fraco. O universal se chama o *conceito* (*Begriff*) de uma coisa. Em geral chama-se assim já uma palavra com seu significado; mas quem tem o conceito de número não conhece apenas a palavra, vê por que existem números naturais, inteiros, racionais e reais. O todo cujos membros se deixam assim

compreender a partir de um fundamento se chama um *sistema*. Em geral chama-se assim qualquer ordem firme, também um arquivo. Pensar sistematicamente significa neste livro mais: ordenar uma coisa de modo que se possa dizer por que seus membros são estes e, onde não se pode dizer, saber também isso (cap. 12.3).

Experimento 5: O teste da subtração

Tente explicar um conceito rico, por exemplo democracia, com apenas dois dos três lados: primeiro só com universal e singular, depois só com universal e particular, por fim só com particular e singular. O que falta em cada caso?
As três tentativas fracassam de modo diferente. Só universal e singular: "Democracia significa que os governados determinam o governo; eis cinquenta exemplos." (DE: „Demokratie heißt, dass die Regierten die Regierung bestimmen; hier sind fünfzig Beispiele.") Falta o que estrutura os exemplos; por que parecem tão diferentes fica sem explicação. Só universal e particular: "A democracia se divide em direta e representativa." (DE: „Demokratie gliedert sich in unmittelbare und vertretende.") Falta o caso; tem-se uma visão de conjunto e não se sabe se a assembleia de ontem à noite cai sob ela. Só particular e singular: "Há parlamentos, conselhos, plebiscitos, assembleias de cidadãos …" (DE: „Es gibt Parlamente, Räte, Volksabstimmungen, Bürgerversammlungen …") Falta o que os mantém juntos; tem-se muitas formas e não se sabe por que levam o mesmo nome.

Os três lados não são uma regra segundo a qual tudo teria de ter três partes. O número de espécies e de partes é determinado pela coisa (cap. 9.2); os números têm mais de três espécies, a democracia tem duas formas fundamentais. Os três lados são três maneiras em que uma só e mesma compreensão precisa estar junto da coisa, se deve ser completa: junto do universal, junto de suas particularizações e junto do caso.

12.3 Até onde isso sustenta

Os números são o caso mais favorável. Suas espécies deixam-se derivar por inteiro do universal↑ e da exigência de que a conta feche, e em cada número

isolado tudo o que ele é decorre de sua determinação. Em outros objetos, o autodesdobramento sustenta menos longe.

Em seres vivos, algo se deixa compreender. Que um animal que voa precise ser leve compreende-se a partir do voar; que um herbívoro tenha intestino mais longo que um carnívoro, a partir da alimentação. Por que, porém, existem justamente estas espécies de borboletas e nenhuma outra não se compreende a partir de nenhum universal; isso tem uma história, e é cheia de acasos. No arquivo do cap. 4.3 o autodesdobramento não sustenta de modo algum. Que haja uma pasta "Mãe" e uma "Impostos" não decorre de nenhum conceito de arquivo, mas da vida de quem arquiva.

Daí decorre uma regra para o ordenar. Onde uma estrutura resulta de um universal, deve-se apresentá-la de modo que isso se veja. Onde não resulta, a ordem permanece exterior, e deve-se sabê-lo, em vez de dar-lhe uma aparência de necessidade. A maioria dos objetos está no meio: suas grandes linhas se deixam compreender, na ramificação ulterior a compreensão se perde.

12.4 Como se encontra um universal

Nos números, o universal↑ está à vista. Na maioria dos objetos, é preciso procurá-lo, e a busca tem uma forma que se pode aprender. Determina-se o universal a título de ensaio, verifica-se se as particularidades se deixam compreender a partir dele e corrige-se a determinação até que isso dê certo.

A verificação se faz em dois lugares. Um são os casos-limite: isto ainda pertence? Isto já não? Onde fica obscuro? O outro é a amplitude: que formas diferentes existem dentro dos limites, e quais são as extremas? Na astronomia, considerou-se planeta por muito tempo o que gira em torno do Sol e é grande o bastante para ser visto como esfera. Quando se encontraram, para além de Netuno, cada vez mais corpos, alguns quase tão grandes quanto Plutão e um deles até mais pesado, era preciso chamá-los todos de planetas ou alterar a determinação. Os astrônomos a alteraram em 2006: um planeta também precisa ter limpado a sua órbita de outros corpos. Plutão ficou assim de fora. O caso-limite tornou o universal mais preciso, e a nova determinação diz por que os oito planetas formam um tipo próprio: eles dominam as suas órbitas, os demais as dividem com muitos outros.

Não é só a ciência que tropeça em casos-limite. Todos tropeçam neles quando hesitam no uso de uma palavra. Alguém chama uma votação de democrática, e algo em nós se detém: todos puderam votar, mas todos sabiam sobre o que

estavam votando? Cada um podia dizer o que pensava? O resultado dependia da votação, ou já estava decidido de antemão em outro lugar? Nessa hesitação a palavra se tornou uma pergunta, e é com ela que se põe à prova a determinação do cap. 12.2, segundo a qual os governados determinam o governo. Ela não era falsa, mas era grosseira demais, pois determinar significa mais do que votar. Pressupõe que se saiba sobre o que se decide, que se possa manifestar-se e que a decisão repouse de fato naqueles que votam. A hesitação, portanto, não é falta de clareza. É o ponto em que o conceito se torna mais preciso, e quem passa por cima dela fica com a palavra e deixa o conceito como estava. Onde nós mesmos não hesitamos, muitas vezes outro hesita, porque conhece outros casos; alguns casos-limite só se encontram na conversa. A determinação mais precisa é mais bem fundamentada do que a mais grosseira, porque responde ao ponto em que esta emperrava. Não é a única possível: quem parte de outros casos talvez apreenda com mais precisão, de outro modo, o que significa que os governados determinam o governo, por exemplo, de modo que possam se livrar de um governo sem violência.

As duas verificações se refinam mutuamente. Um novo caso-limite obriga a apreender o universal com mais precisão, e o universal apreendido com mais precisão ordena de novo as formas. A busca termina quando se encontra uma determinação a partir da qual se podem compreender tanto os limites quanto a amplitude. Termina provisoriamente, pois o próximo caso-limite pode abri-la de novo.

12.5 Conceitos que alteram seu objeto

Quem conta como desempregado, uma definição o decide. Conta quem está num curso de requalificação? Quem trabalha duas horas por semana? Quem desistiu da busca? Conforme a resposta, o número sobe ou desce, sem que a situação de uma única pessoa tenha mudado. A definição, porém, age de volta. Quem já não conta recebe outros benefícios e outras cartas da repartição, e talvez logo se veja de outro modo.

Objeção: Conceitos↑ não descrevem simplesmente o que há. Estabelecem o que conta como o quê, e em seres humanos alteram o que estabelecem. Um diagnóstico, uma categoria da estatística, uma designação para um grupo produz pessoas que nela se reconhecem e segundo ela são tratadas. Não é então a formação de conceitos uma forma de poder que se faz passar por conhecimento?

Réplica: A constatação é correta, e em seres humanos pesa mais do que em coisas: uma pedra não muda se é enquadrada de outro modo, um ser humano, em certas circunstâncias, sim. Só que o conceito não molda seu objeto, por isso, arbitrariamente. As pessoas que ele abarca lhe respondem. Contestam que ele se aplique a elas, passam pelas malhas de sua rede, tornam-se diferentes do que ele previa. Um conceito que ajuda a moldar seu objeto encontra não menos resistência do que um sobre pedras. Encontra uma que pode falar.

Daí decorre um dever, não um alívio. Onde um conceito age de volta, precisa ser verificado com mais frequência, e os afetados estão entre aqueles em quem ele precisa se deixar pôr à prova. São os casos-limite do cap. 12.4 que podem contradizer.

Que conceitos e ordens do saber produzem o que parecem descrever, Michel Foucault o investigou na loucura, na doença e na punição. Como categorias agem de volta sobre os seres humanos que abarcam, Ian Hacking o descreveu com mais exatidão.

12.6 O autodesdobramento e as outras quatro

O autodesdobramento não está ao lado das outras maneiras de ordenar, mas as acolhe em si. O universal↑ se estrutura para fora em espécies: as espécies de números, as formas de democracia. Estrutura-se para dentro em partes: à democracia representativa pertencem eleições, um parlamento, um governo que lhe responde – cada uma dessas partes com uma tarefa que decorre do universal. Entre os membros existem conexões, e conceituais: o parlamento é o que é só na relação com os eleitores e com o governo. E onde as particularizações decorrem umas das outras, como nos números, em que cada espécie é formada na anterior, as espécies são ao mesmo tempo etapas, seja na história, seja apenas na construção.

As outras quatro maneiras de ordenar fazem cada uma uma pergunta à coisa. O autodesdobramento pergunta por que as respostas a essas quatro perguntas saem como saem. Por isso está no fim. Não é uma quinta maneira ao lado das quatro, mas a ordem em que as quatro têm seu fundamento, onde o têm.

Para esse acolher há uma palavra que diz três coisas ao mesmo tempo: onde as quatro têm seu fundamento no autodesdobramento, estão nele *suprassumidas* (*aufgehoben*). Já não valem então só por si, pois seu fundamento está nessa ordem. Permanecem nela conservadas, pois as espécies de números continuam sendo espécies e as partes da democracia, partes. E ficam nela mais alto, porque

agora se vê por que saem assim. Suprassumir nesse triplo sentido, encerrar, conservar e elevar, é um movimento fundamental do pensar. *A verdade* (2025) o mostra ali onde uma contradição se resolve; aqui mostra-se em como uma ordem acolhe as outras em si.

Para ler em seguida: *A verdade*, Cap. 8

CAPÍTULO 13: QUAL ORDEM É MELHOR?

13.1 A pergunta adequada

Quem está diante de uma situação confusa não faz as cinco perguntas uma após a outra. Faz a que lhe falta, e o que lhe falta costuma mostrar-se antes de poder nomeá-lo. Quem não sabe com o que está lidando pergunta pela espécie: que tipo de caso é este, conheço semelhantes? A quem é demais de uma vez, decompõe: de que partes consiste isso, qual parte faz a dificuldade? A quem algo parece estar no ar, pergunta pelas conexões: com o que isso se conecta, quem mais é afetado? A quem uma descrição parece certa e, no entanto, não acerta, pergunta pelo curso: como surgiu, desde quando é assim? E a quem uma ordem fecha lisa e, no entanto, parece arbitrária, pergunta pelo fundamento: por que justamente estes membros?

Uma ordem não surge por se fazerem todas as perguntas, mas por se fazer a certa. Às vezes basta uma. Quem quer saber em que pasta cabe um processo não precisa da história do processo. Às vezes são precisas várias, e então se engrenam: como se divide um objeto altera o que aparece como sua parte, e como se o decompõe altera quais conexões se tornam visíveis.

13.2 Três níveis

Quando duas ordens do mesmo objeto são possíveis, qual é preferível? A resposta tem três etapas e vale para todas as maneiras de ordenar.

A primeira é o abarcar. Uma ordem é melhor quando acomoda mais do objeto: poucas espécies sob as quais caem muitos casos sem que sobre resto; poucas partes a partir das quais se compreende o todo. É a condensação do cap. 2.4.

A segunda é o reter aquilo que importa. O abarcar sozinho não basta, senão a condensação mais forte seria a melhor, e o cap. 2.4 mostrou que não é. Uma ordem que acomoda tudo nivelando as diferenças que importam abarcou muito

e nada explicou. O que importa, determina primeiro a pergunta (cap. 2.5, 3.2) e depois, onde se acha um fundamento, a coisa (cap. 7.5).

A terceira é o explicar junto o próprio princípio. Uma boa ordem não só diz quais membros há, mas deixa reconhecer por que são estes. Isso o realiza o autodesdobramento, em graus (cap. 12.3). Onde não se consegue, a ordem permanece exterior, e então é melhor dizê-lo do que encobri-lo.

Também uma ordem que ainda não conhece seu princípio pode ser mais do que exterior. Quando Dmitri Mendeleev, em 1869, enfileirou os elementos conhecidos segundo seu peso atômico e os dispôs de modo que elementos de propriedades semelhantes caíssem na mesma coluna, ficaram lacunas. Deixou-as abertas, previu que ali faltavam elementos e indicou que peso e propriedades deveriam ter. Nos dezessete anos seguintes foram achados três deles, gálio, escândio e germânio, e combinavam. Por que a tabela é construída justamente assim, Mendeleev não sabia; isso só a estrutura dos átomos mostrou. Mas sua ordem indicava onde lhe faltava algo, e nisso se mostrou mais do que uma disposição cômoda.

Uma ordem má reconhece-se por proliferar. Para cada caso novo precisa de uma nova categoria, para cada desvio de uma exceção, para cada contraexemplo de um caso especial. Abarca então tudo e nada explica. Fracassar não pode em nenhum caso, porque para cada um cria um lugar. Uma ordem que explica junto o seu princípio, em contrapartida, deixa-se aplicar a casos que não estavam presentes em sua formação e indica quando um caso não se encaixa. Justamente nesse ponto se aprende com ela.

O que pensar do número de membros decorre daí. Raramente é o decisivo. Onde uma ordem distingue espécies ou partes, a coisa fixa o número, seja ele grande ou não. É diferente onde uma ordem acompanha como uma determinação se torna mais exata. Ali resultam três membros: uma primeira apreensão, que coincide grosso modo com a coisa; um caso-limite em que ambas se afastam sem se separar por inteiro; e uma apreensão mais exata, que de novo coincide e agora desenvolve o que o caso-limite mostrou. Assim a determinação do planeta no cap. 12.4 passou, pelos corpos além de Netuno, a uma mais exata, uma volta acima, como na escada em caracol do cap. 11.4. Esses três membros tem todo movimento do pensar em que uma determinação se torna mais exata, não toda estrutura: um curso na coisa pode crescer, virar ou desfazer-se sem segui-los (cap. 11.3). E cada um dos três pode ser estruturado mais adiante; então são mais, sem que o movimento mude. Quem discute sobre o número discute, por isso, quase sempre sobre a pergunta errada. O que se deve verificar não é se são três ou quatro, mas se cada membro sustenta algo e se juntos nada falta.

13.3 Remissões

Nenhuma ordem acomoda toda coisa em todos os lugares a que pertence, e nenhuma exposição pode mostrar tudo ao mesmo tempo (cap. 4.3). O que falta num segundo lugar pode ser trazido para lá por uma remissão. Mas as remissões não são todas do mesmo tipo, e quem as cria deveria saber de que tipo é a sua.

Dois lugares de uma ordem podem se conectar de duas maneiras: pela sua posição na ordem ou pela coisa de que tratam. Pela posição se conectam quando ocupam, em sua estrutura, o mesmo lugar, por exemplo, sendo cada um o primeiro membro de uma tripartição ou cada um o nível em que uma ordem fracassa. É um parentesco da forma, não do conteúdo, e só diz algo onde a posição mesma diz algo, portanto em ordens que mostram seu fundamento. No alfabeto não diz nada que duas palavras estejam no mesmo ponto de suas páginas.

Pela coisa, dois lugares se conectam de três maneiras. Pode ser a mesma coisa que ocorre em dois lugares, porque a ordem a percorre em dois respeitos: o ofício sob "Impostos" e sob "Mãe". Pode ser a mesma coisa em desenvolvimento diferente, de modo que um lugar antecipa o que o outro desenvolve, ou o posterior retoma o que o anterior iniciou. E pode ser que dois lugares determinem a mesma coisa de modo diferente, que se contradigam. Essa última remissão é a mais rara e a mais instrutiva, pois nela se mostra onde uma ordem ainda não está de acordo consigo.

Mais maneiras não se veem aqui. Os lugares se conectam pela forma ou pelo conteúdo; se pelo conteúdo, ele é o mesmo, o mesmo em outro desenvolvimento ou um conteúdo contraditório. Se essa divisão é completa deve mostrar-se em remissões que não caibam em nenhuma das quatro.

As remissões melhoram o acesso (cap. 2.3): encurtam o caminho de um lugar a outro. Custam também, pois precisam ser criadas e mantidas, e uma remissão a um lugar que já não existe é pior do que nenhuma.

Pode-se também construir uma ordem inteiramente de remissões: páginas ligadas só por referências cruzadas, sem sumário e sem série. Quem sabe o que procura chega depressa. Quem não sabe segue uma remissão após outra e no fim não sabe nem o que viu nem o que mais há. Remissões dão acesso; a visão de conjunto dá a série ou a árvore de que ramificam.

13.4 Ordenar na pesquisa e ao escrever

Na biologia, a sistemática pergunta que espécies há; a anatomia, de que se compõe um ser vivo; a fisiologia e a ecologia, com o que suas partes e ele mesmo

se conectam; a biologia do desenvolvimento e a doutrina da evolução, como veio a ser. E a teoria da evolução indica, onde sustenta, o fundamento por que existem justamente estas espécies com justamente estas partes. É o lugar em que a biologia explica junto a sua divisão, e seu limite está onde o cap. 12.3 o achou, no acaso da história. As cinco perguntas estruturam, portanto, não só objetos, mas ciências inteiras.

Quem pesquisa pode verificar por elas que pergunta está fazendo no momento. Muita disputa nas ciências é uma disputa entre duas perguntas, como o cap. 3.2 a descreveu. O sistemata, que pergunta para onde vai uma espécie, e a ecóloga, que pergunta o que ela faz em seu hábitat, podem divergir sobre a mesma espécie sem que um dos dois erre.

Quem escreve está diante da mesma escolha e precisa fazê-la numa série. Um manual pode ser estruturado por espécies, por partes, por conexões, pela história ou a partir de um pensamento fundamental, e muitas vezes precisa de várias, uma atrás da outra ou uma dentro da outra (cap. 11.6). Boa é a estrutura cuja sequência se deixa fundamentar: a que dá ao leitor, em cada ponto, o que ele precisa para o seguinte, e que no fim pode dizer por que era construída assim. Este livro tenta isso em seus retrospectos.

13.5 Retrospecto da terceira parte

Por que são justamente estas cinco maneiras de ordenar, e por que nesta sequência?

Cada uma partiu do ponto em que a anterior falhou. Os tipos ficam lado a lado e não dizem como a coisa singular↑ é construída; as partes o dizem, mas só são partes junto com seu exterior; as conexões mostram esse exterior, mas num instante; o processo mostra o tempo e, onde tipos e estágios coincidem, mostra algo que se desenvolve a partir de um fundamento, sem nomear esse próprio fundamento; a autoexplicitação o nomeia. A sequência começa onde a primeira parte havia terminado, na triagem, agora segundo características que decorrem da matéria. E termina na ordem que indica por que seus membros são estes.

Objeção: Poderíamos igualmente começar pelas conexões. Tudo é o que é apenas em relação a outras coisas; tipos e partes são nós numa rede; a rede é o primeiro.

Resposta: Uma rede tem nós, e os nós precisam ser algo para que algo se estenda entre eles. Quem põe as conexões no começo precisa já ter os membros que liga, e os tem como tipos ou como partes. É certo que os membros só

são compreendidos por inteiro em suas conexões. É o que mostra a própria sequência: as partes fracassaram justamente porque só são o que são com o seu exterior. Mas que algo só seja compreendido por inteiro em suas conexões não significa que antes delas não fosse nada.

Uma segunda objeção: Há outras maneiras de ordenar. Pode-se ordenar pelo lugar, como um mapa, ou pela posição, como uma tabela de tamanhos, preços ou valores.

Resposta: O mapa ordena partes de um espaço e suas vizinhanças; é uma ordem por partes e conexões cujo traço é o lugar. A ordem por posição é uma divisão segundo um traço que tem graus, e pertence aos tipos, mais precisamente ao que o cap. 8.3 disse sobre graus em vez de coisas. Que toda ordem se deixe reduzir às cinco não está provado com isso. As cinco são as que resultaram deste percurso e que até agora se provaram. Quem encontrar uma sexta que não se deixe reduzir a nenhuma delas tem um achado que muda esta estrutura.

PARTE IV: O QUE A ORDEM CUSTA

CAPÍTULO 14: CONDENSAR E PERDER

14.1 Três estágios da condensação

O cap. 2.4 chamou o ordenar de um condensar e deixou em aberto a pergunta sobre o que se perde nisso. Entretanto é possível distinguir três estágios da condensação; o livro passou pelos três.

O primeiro condensa observações em padrões. Em vez de catorze horários de chegada do vizinho, guarda-se uma regra (cap. 5.1). O segundo condensa padrões em princípios e fundamentos. Em vez da oscilação do chuveiro, do aquecimento e do mercado, entende-se um circuito de controle com atraso (cap. 6.1). O terceiro condensa um domínio inteiro numa estrutura em que cada membro tem seu lugar e, no caso mais favorável, numa que diz por que são justamente esses os membros (cap. 12).

Em cada estágio ganha-se algo que o anterior não tinha. O padrão diz o que retorna; o princípio diz o que se repete e por quê, e por isso também onde isso termina; a estrutura diz como um todo é construído. E em cada estágio pode-se errar da mesma maneira: condensando de modo grosseiro demais e perdendo aquilo de que se trata, ou de modo fino demais e nada ganhando. O prejuízo do cap. 2.4 é um erro do primeiro estágio, a maximização da utilidade que tudo explica, um erro do segundo (cap. 6.3), a ordem proliferante↑, um erro do terceiro (cap. 13.2).

14.2 Por que a condensação dá certo

Que um mundo cheio de singularidades se deixe condensar de modo que poucas regras valham para muitos casos não é evidente. Uma resposta é óbvia: o mundo simplesmente seria ordenado, e o pensamento condensador responderia à sua ordem.

Essa resposta é mais forte do que precisaria ser, e nessa força não se deixa pôr à prova. Quem a afirma teria de conhecer o mundo sem qualquer condensação

para poder dizer que suas condensações combinam com ele. Isso ninguém pode; também o olhar com que o veria já condensa.

O que se deixa pôr à prova é mais modesto e basta. Uma boa condensação se prova: permite prever, planejar e agir, também em casos para os quais não foi formada, e o que ela faz esperar acontece. Uma má fracassa: faz esperar o falso, e os planos que nela se apoiam malogram. Não é preciso conhecer o mundo sem condensação para notar isso; nota-se naquilo que não fecha, como no guarda-roupa que é reorganizado depois de duas semanas (cap. 3.1). Se o mundo no todo é ordenado, isso não decide. Basta que algumas condensações se provem e outras não, e que se possa notar a diferença.

14.3 O resto

Toda condensação deixa algo de fora, e parte disso não se recupera por nenhuma condensação melhor.

Quem conhece um amigo há muito tempo sabe como ele reagirá. Aprendeu seus padrões, conhece os fundamentos de seus humores, poderia descrevê-lo a um estranho em poucas frases. E então o amigo faz algo que não cabe em nenhuma dessas descrições, não porque fossem falsas, mas porque ele é mais do que aquilo que se deixa condensar dele. Uma pessoa não é meramente um caso de seus padrões. Quem a trata assim sente as consequências, e muitas vezes com razão.

Experimento 6: Ler e observar a leitura

Tente, enquanto lê esta frase, observar a própria leitura: o movimento dos olhos, o surgimento do significado, a expectativa de como a frase continuará.
Provavelmente a leitura trava. Pode-se ler, ou pode-se observar a leitura; as duas coisas ao mesmo tempo dão pouco certo. O que se deixa observar são traços da leitura, os movimentos, as pausas, os retornos. A leitura mesma, o realização em ato em que uma frase é entendida, não está entre eles.

Uma ordem pode descrever uma realização em ato, mas não a realiza. Ela pode dizer como a leitura funciona, mas não lê. E pode indicar condições sob as quais algo novo surge, mas o novo mesmo é justamente aquilo que não se

deixava prever a partir das condições (cap. 6.3). Nesses lugares, no singular↑, no realização em ato, no novo, resta um resto que nenhuma ordem alcança.

Objeção: Então ordenar é autoengano. Quem sabe que sua ordem deixa de fora o mais importante deveria parar de fingir que entende alguma coisa.

Resposta: A objeção exige da ordem o que ela nunca prometeu. Um mapa que quisesse substituir o território teria de ser tão grande quanto o território; uma ordem que nada deixasse de fora não seria uma. Quem para de ordenar não tem mais do singular, mas menos: não tem mais uma expectativa na qual o singular pudesse se mostrar como singular. Que o amigo faça algo surpreendente só nota quem tinha uma expectativa. O que não se encaixa na expectativa é a mesma resistência contra a qual, no cap. 3.1, o guarda-roupa foi reorganizado.

Uma segunda objeção, vinda da direção oposta: O resto é apenas um resto do ainda-não-entendido. Com dados suficientes↑ e paciência suficiente, também o amigo se deixa prever, e o que hoje surpreende será explicado amanhã.

Resposta: Algo do que hoje surpreende será explicado amanhã; esse é o curso de toda aprendizagem. Mas quem declara de antemão toda surpresa um mero ainda-não-explicado blindou sua ordem contra qualquer refutação. Ela já não pode fracassar em nada, e com isso deixou de dizer algo, como o princípio que tudo explica (cap. 6.3). Entre as duas objeções fica o caminho que este livro seguiu desde o começo: ordenar e notar onde a ordem não fecha.

Daí decorre a mesma condição que o cap. 4.3 encontrou no arquivo. Uma ordem precisa manter o resto visível. Não precisa apreender tudo, mas não pode fingir que o fez.

Para ler em seguida: *A verdade* (2025), Cap. 11

CAPÍTULO 15: ORDEM MORTA

15.1 Formulário 47B

Alguém quer pedir uma licença de estacionamento para sua rua. Preenche um formulário e descobre no guichê que é a versão do ano passado; os dados não se deixam transferir, ele precisa preencher tudo de novo. Para a cópia do documento precisa de uma autenticação, e esta se faz em outro guichê, que hoje está fechado. Cada passo tem um fundamento. O conjunto impede aquilo para que foi instituído.

Uma ordem assim não surgiu por maldade, e na maioria das vezes não por estupidez. Tem razões compreensíveis. Onde muitas pessoas trabalham juntas, nem tudo se resolve na conversa, e assim se escrevem regras, primeiro para os casos frequentes, depois para os mais raros, depois para as exceções das exceções. Onde se decide ao bel-prazer, muitas vezes decide a simpatia, e assim se fixam critérios que qualquer um pode conferir; mede-se então o que se deixa medir, e o que se deixa medir com dificuldade fica de fora. E onde vale uma norma, ninguém precisa decidir: “Está assim na norma” (DE: „Das steht so in der Vorschrift“) alivia quem o diz. Cada um desses impulsos tem seu direito. Juntos produzem uma ordem que esqueceu seu fim.

15.2 Como se reconhece uma ordem morta

Uma ordem se chamará aqui *mecânica* quando suas partes correm sem relação entre si e sem pergunta pelo para quê, como uma máquina que continua funcionando mesmo quando nada mais lhe é posto dentro. Seu contrário se chamará *viva*. A palavra precisa ser justificada aqui, pois soa como estado de espírito. O que se quer dizer é uma propriedade verificável. Numa ordem viva, as partes se determinam umas às outras e só no todo são o que são, como o guidão só guia na bicicleta (cap. 9.1); e o todo se conserva alterando-se naquilo em que fracassa. Numa ordem que pessoas sustentam, ambas as coisas se deixam observar. O

que nela só é o que é no todo são os papéis, não as pessoas que os preenchem; o funcionário do cap. 9.5 pertence também à sua família e ao seu clube.

Uma ordem mecânica se reconhece por sinais que decorrem do que veio antes. O que não cabe em seus compartimentos é feito caber ou ignorado; o compartimento "Diversos" falta ou transborda (cap. 4.2). O procedimento é mais importante que o fim: "Não conseguimos ajudá-lo, mas tudo foi processado corretamente." (DE: „Wir konnten Ihnen nicht helfen, aber es wurde alles korrekt bearbeitet.“) Casos difíceis valem como perturbação, não como indício de uma lacuna. E a ordem não aprende com seus erros, porque não pode admitir nenhum; quem aponta uma lacuna passa por alguém que ataca o sistema.

Uma ordem viva mostra os contrapontos. Tem um lugar para o que não se encaixa e verifica se isso se acumula. Quem trabalha nela pode dizer para que serve uma regra e, por isso, também quando ela não se aplica. Casos difíceis são coletados, porque mostram onde a ordem é grosseira demais. E ela muda, não a cada objeção, mas nos pontos em que fracassa repetidamente.

A medida não é quantas regras uma ordem tem. Há âmbitos em que prescrições exatas e rigorosas são a ordem viva: a manutenção de aviões, a fabricação de medicamentos, as regras de um exame, os procedimentos de um tribunal. Ali o rigor protege contra desgraça ou arbítrio, e quem trabalha nela sabe para que ele serve. Uma ordem morre não por suas regras, mas porque ninguém mais sabe para que elas valem.

Tampouco tudo o que nela é mecânico é uma falha. Também uma ordem viva contém partes que funcionam sem que alguém pergunte a cada vez pelo para quê, como um corpo contém ossos e metabolismo: o arquivamento, a contabilidade, a substituição nas férias. Elas aliviam os que trabalham nela para aquilo que exige juízo. Mecânica no sentido deste capítulo uma ordem só se torna quando tais partes se desprendem do todo e continuam funcionando onde já não servem a nenhum fim que alguém pudesse nomear.

15.3 A ilusão coerente

A distinção da seção anterior tem uma lacuna perigosa. Há ordens que mostram quase todos os sinais do vivo e ainda assim induzem ao erro. São móveis, atendem a casos difíceis, parecem dispostas a aprender, explicam muito, e são falsas.

Alguém está convencido de que visitantes do espaço fundaram as primeiras civilizações. Junta material, e ele cresce cada vez mais: construções cujas pedras

parecem pesadas demais para os meios de sua época, pinturas rupestres de figuras de cabeça redonda, lendas de deuses que vieram do céu. Cada peça parece apoiar a tese, e a maioria existe de fato. O que lhe falta não é material. Falta a pergunta sobre o que o material mostra quando não é já ordenado à luz da tese: como se podem mover pedras pesadas sem máquinas, o que mais pode representar uma cabeça redonda numa pintura rupestre, uma máscara, por exemplo, ou um adorno de cabeça. A tese ordena seu material em vez de penetrá-lo. Cada peça que cabe conta como confirmação, cada peça que não cabe é ignorada. O cap. 5.2 descreveu o que seria um padrão feito: um que se poderia ouvir em qualquer ruído. Aqui acontece exatamente isso. E como para quase toda tese se encontra muito material, a quantidade de provas não serve de standard.

Algumas peças permanecem, é verdade, sem explicação mesmo sem a tese. As grandes figuras de linhas no deserto de Nazca se deixam ver como um todo melhor de cima. Já se reproduziu como figuras assim podem ser transpostas em escala para o chão, a partir de um pequeno modelo, com estacas e cordas. Com isso está mostrado que era possível com os meios da época, e essa é a explicação mais simples do que visitantes do espaço. Que tenha sido assim que aconteceu não está provado. O que sabemos do passado é reconstruído: a melhor explicação de que dispomos, nada mais. Para que serviam as figuras está de qualquer modo em aberto; há várias suposições fundamentadas, mas nenhuma decisão. Justamente então é correto preservar o fenômeno, mesmo que ainda não se deixe explicar nem integrar ao restante. Ele continua sendo uma pergunta em aberto, na qual se pode continuar trabalhando. Uma explicação ruim a fecha cedo demais: dá uma certeza que não é fundamentada e tira da pergunta o motivo de continuar sendo feita. Um enigma mantido em aberto é mais honesto do que uma resposta falsa.

Uma ordem assim se trai, além disso, em sua condensação. Uma boa explicação condensa: um princípio explica muitos casos e se prova no fato de prever o que acontecerá (cap. 6.2). A ilusão coerente↑ condensa mal e se faz passar por boa condensação. Para cada fato novo precisa de uma nova hipótese auxiliar. Se uma peça é explicada de outro modo, a seguinte ocupa seu lugar, ou a outra explicação se torna ela mesma parte da tese. Sua carga de suposições cresce, seu poder de previsão permanece vazio. Depois, tudo sempre se encaixa; antes, nada decorre dela que pudesse fazê-la fracassar. É uma ordem proliferante↑ (cap. 13.2) que faz passar sua proliferação por profundidade.

A forma mais conhecida disso está na narrativa do grupo secreto que dirige tudo. Ela explica sem esforço o que acontece e acolhe toda objeção em vez de se quebrar nela. Quem a contradiz pertence aos iniciados ou foi enganado, e cada

prova que falta mostra apenas quão bem os vestígios foram apagados. O erro está aqui na forma da explicação, não em seu objeto. Combinações existem. Gente do mesmo ramo combina preços, redes distribuem cargos, órgãos públicos mantêm programas dos quais o público não deve saber. Algo que por muito tempo passou por delírio foi comprovado por investigações e documentos publicados. Uma afirmação sobre ação encoberta não é, portanto, já uma ilusão coerente. Ela se deixa examinar como qualquer outra: quem deve ter feito o quê e quando, que vestígios isso teria de ter deixado, o que refutaria a afirmação? Uma afirmação assim pode fracassar, e pode se confirmar.

Também onde a desconfiança é justificada, decide a forma da explicação que a segue. A pergunta "Quem lucra?" constata uma conexão fática: alguém tem uma vantagem com um acontecimento. Concluir daí que ele o provocou ou planejou é ler uma conexão fática como conexão funcional (cap. 10.2), o que exige uma demonstração própria. Muitas vezes outra explicação condensa melhor. Quem explica a partir das circunstâncias em que as pessoas agem explica muitos casos de uma vez: também aqueles em que ninguém planejou nada, e aqueles em que pessoas diferentes em lugares diferentes fazem o mesmo sem se conhecerem. Quem explica do plano para o caso precisa, para cada caso novo, de um novo plano. Isso não nega que haja planos. Diz apenas que um plano é, onde as circunstâncias já explicam, uma hipótese auxiliar. Uma desconfiança que procura culpados onde poderia encontrar circunstâncias é muitas vezes justificada, mas mal dirigida. Dá o assunto por encerrado quando os culpados estão nomeados, e as circunstâncias que produzem novos permanecem intocadas.

Pela mesma razão, a palavra "teoria da conspiração" não serve como teste. Ela ordena uma afirmação segundo aquilo de que trata e se contradiz a versão oficial, isto é, segundo suas circunstâncias e não segundo sua construção. Esse é o erro que o cap. 8.1 mostrou no caso da baleia. Sob o rótulo caem então igualmente a narrativa fechada da conspiração mundial e a apuração fundamentada sobre um programa encoberto. Muitas vezes o rótulo também é distribuído desigualmente: o que se revela sobre potências adversárias se chama esclarecimento, e o mesmo procedimento, aplicado ao próprio lado, se chama teoria da conspiração. O rótulo pode até assumir a forma contra a qual se dirige. Se toda objeção à versão oficial vale como sinal de pensamento conspiratório só porque é uma objeção, então essa versão não pode mais fracassar em nada. Aparentada a isso é a inferência do emissor para a coisa. Quem rejeita uma afirmação porque também pessoas não confiáveis a sustentam não a examinou. Inversamente, nenhuma afirmação se torna crível por se apresentar como verdade suprimida. Nas duas direções só ajuda examinar em vez de rotular.

Para o peso das provas há aqui uma regra. Quanto mais uma afirmação se afasta do conhecimento bem examinado, mais ela precisa apresentar. Isso não é um juízo sobre a afirmação, mas uma distribuição do ônus. Também o conhecimento bem examinado é uma ordem partilhada↑ que pode errar (cap. 15.4). A regra exige apenas que ele seja movido por provas e não por coerência.

O teste não é, portanto, a coerência interna, pois a ilusão coerente a tem em abundância. Ele pergunta três coisas. A explicação penetra seu material, ou o classifica segundo uma interpretação que já estava dada de antemão? Sua condensação se prova na previsão e na aplicação, isto é, explica classes inteiras de casos a partir de um fundamento, em vez de precisar de uma nova suposição para cada caso? E o que precisaria acontecer para que se desistisse dela? Uma ordem que não tem resposta para a última pergunta não é viva, mas imortal, e a imortalidade não é, em explicações, um selo de qualidade. As mesmas três perguntas se dirigem à versão oficial e a seus adversários.

Isso mostra também por que a coerência interna sozinha não sustenta. Ela é necessária, pois uma explicação contraditória não é explicação. Mas não basta: também o edifício de delírio mais fechado é coerente em si. Se uma ordem vive, mede-se por aquilo que lhe pode resistir, não por ela mesma.

15.4 Ordem partilhada

Até aqui soava como se cada um ordenasse por si. Quase toda ordem com que se trabalha é, porém, herdada ou compartilhada. Isso começa na língua. Cada palavra é uma condensação pronta; quem aprende a palavra “contrato” assume uma ordem em que gerações trabalharam sem precisar repeti-la. O pensamento próprio não começa pelas singularidades, mas no meio de um acervo de ordens que outros formaram.

As ciências fizeram disso um procedimento. Ninguém examina tudo por si; o trabalho é dividido, e no lugar do examinador individual entra um conjunto de verificações: colegas que refazem cálculos, experimentos que são repetidos, conceitos que ao longo de décadas são cultivados, refinados e eventualmente descartados. Uma fórmula, uma teoria, um conceito técnico bem determinado são condensações examinadas em conjunto. Em escala menor vale o mesmo: um grupo de trabalho entrosado tem conceitos que para quem é de fora são vazios e para os envolvidos carregam experiências inteiras.

Isso tem um reverso. Também condensações falsas podem ser mantidas em comum. Modas, escolas e campos mantêm vivas ordens que há muito fracassaram diante da coisa; a comunidade já não examina, confirma. Uma ordem partilhada↑ precisa, por isso, dos mesmos exames que a própria e de um adicional: quem condensou aqui por mim, e a que notaria que condensou mal? O que se perde numa tal comunidade não é primeiro a correção de uma ordem, mas a possibilidade de notar seu erro.

Para ler em seguida: *A verdade* (2025), Cap. 12, 17, 18 e 19, *A organização* (2026), Cap. 13

CAPÍTULO 16: A ORDEM PRÓPRIA

16.1 O pensamento que se ordena a si mesmo

Experimento 7: Com o que você nota

Pare por um instante e note o que acontece enquanto você lê este livro, e com o que você o nota.
Esbarra-se numa duplicação. Pensa-se sobre o ordenar e ordena-se nisso; examinam-se ordens com padrões que são eles mesmos uma ordem. E também o notar essa duplicação é de novo um ordenar.

Objeção: Há nisso um círculo, e não inofensivo. Este livro desenvolve padrões para ordens e os aplica a si mesmo. É como se uma fita métrica medisse a si mesma. De onde os padrões tirariam seu direito, se apenas se confirmam a si mesmos?

Resposta: Uma fita métrica não pode se aferir em si mesma, mas numa segunda fita métrica, num objeto de comprimento conhecido, noutro procedimento de determinar o mesmo comprimento. Os padrões deste livro estão na mesma situação. Não são examinados em si mesmos, mas naquilo que lhes pode resistir: nos exemplos em que poderiam fracassar, nas objeções que se lhes opõem, na experiência do leitor, que conhece suas próprias ordens. Que um standard seja aplicado a si mesmo não o torna circular. Circular ele seria se não pudesse fracassar em sua aplicação a si mesmo. O livro pode fracassar em seus próprios padrões, e o cap. 16.5 examina onde.

Uma segunda objeção: Como um pensamento poderia reconhecer seus próprios limites? Se um limite está dentro de seu alcance, não é limite; se está fora, ele não o pode ver.

Resposta: Os limites de que aqui se falou não foram vistos de fora, mas notados de dentro, naquilo que não fechava: na escrita que faltava sob “mãe”, no amigo que fez o que nenhuma descrição fazia esperar. Notar um limite não é saber o que está além dele. É saber que a ordem não alcança mais longe aqui. Isso qualquer pensamento que tem expectativas pode.

Um caso deve ser distinguido disso. Quando uma totalidade deve conter a si mesma como um de seus membros, por exemplo um registro de todos os registros que não se registram a si mesmos, surgem contradições que nada têm a ver com o ordenar no sentido deste livro. Elas são assunto da lógica e da matemática, e este livro não as resolve. Afirma apenas que a aplicação de um standard a si mesmo não é dessa espécie.

16.2 De onde vêm as ordens próprias

Quem examina suas próprias ordens esbarra em padrões que nunca escolheu e em evidências cuja origem desconhece. Também o próprio pensamento é um objeto que só se deixa apreender como processo (cap. 11.2).

Experimento 8: A origem de uma convicção

Tome uma de suas convicções firmes, sobre trabalho, sobre educação, sobre política. Pergunte-se como chegou a ela e anote a primeira resposta. Depois pergunte: Foi esse o começo?
A primeira resposta costuma fornecer os fundamentos de hoje, não os originais. São os argumentos que se apresentam quando se precisa defender a convicção, muitas vezes mais jovens que ela mesma. Cavando mais, esbarra-se em experiências que a marcaram: um professor que ouviu, um chefe que não ouviu. E por baixo, em evidências que se recebeu antes de poder pensar: o que na família valia como normal, o que, na época e no lugar em que se cresceu, ninguém punha em dúvida.

Essas camadas não são mais verdadeiras nem mais falsas do que os fundamentos de hoje. Que uma convicção provenha de uma experiência precoce nada diz sobre sua correção; ela pode estar certa assim mesmo. Mas quem conhece a origem pode distinguir duas coisas: o fundamento pelo qual acredita em algo e o fundamento pelo qual seria correto. Os dois muitas vezes coincidem, e às vezes não.

Três perguntas ajudam nisso; decorrem do que o cap. 11.3 disse sobre processos. Que posição eu tinha antes, e por quais fundamentos que então eram razoáveis? O que me levou a mudar de ideia, argumentos, experiências ou pessoas? E o que permaneceu igual através de todas as mudanças? A última pergunta mostra como se pensa, independentemente do que se pensa no momento. E de

todas as três decorre uma quarta, que aponta para a frente: Quais de minhas convicções de hoje provavelmente ainda mudarão? Quem já mudou de ideia várias vezes o fará de novo, só não sabe onde.

Quem pergunta assim pela origem das próprias ordens entende melhor também a dos outros. As convicções deles surgiram por caminhos igualmente compreensíveis. Isso diz tão pouco sobre sua correção quanto no caso das próprias, mas torna possível a conversa em que a correção só então se deixa examinar.

16.3 O orgulho de quem ordena

O último exagero que este livro precisa nomear não diz respeito a uma maneira de ordenar em particular↑, mas ao ordenar em geral. Quem aprendeu a distinguir com precisão, a dividir com limpeza, a exigir fundamentos pode se tornar arrogante por isso. Ouve os outros para encontrar seus erros: "Você está misturando dois níveis", "isso é só uma correlação" (DE: „das ist nur eine Korrelation"), "você não apresentou fundamento". Muitas vezes tem razão, e a conversa acaba assim mesmo.

Isso tem um fundamento que está na coisa. Quem empregou muito esforço numa capacidade quer vê-la confirmada, e o próprio método facilmente se torna a medida do bom pensar em geral. Mas ordenar com precisão é uma ferramenta, não a única. Há âmbitos em que dividir atrapalha: uma conversa entre amigos, uma música que se ouve, uma dor que se compartilha. Quem ali ordena entende menos, não mais.

Também isso se pode exagerar, perguntando a cada pensamento se não se está dividindo compulsivamente ou articulando com arrogância. Então da advertência se fez uma nova compulsão. Os exageros que este livro nomeou, no dividir (cap. 8.4), no articular (cap. 9.3), no interligar (cap. 10.5) e aqui, não são uma lista a cumprir. São lugares em que uma capacidade esqueceu sua pergunta, e a pergunta que ajuda contra isso é a mesma em todos: Para que ordeno aqui?

16.4 O caminho

A pergunta "Para que ordeno aqui?" (DE: „Wozu ordne ich hier?") estava no começo do livro noutra forma: do que se trata? Foi respondida já durante a leitura, antes de ser feita (cap. 2.1), e o cap. 2.5 lhe atou uma segunda, que ficou em aberto: se no fim há um standard que pertence à própria coisa, e em

que sentido. Essa segunda não se deixava responder de antemão, apenas pelo caminho que o livro entretanto percorreu.

Que cada passo mostrou o que faltava ao anterior, os retrospectos ao fim das partes o disseram em pormenor (cap. 5.6, 7.7, 13.5). O que se fez, do primeiro capítulo ao último, foi o mesmo: pôr isto junto daquilo (cap. 2.2), cada vez mais fundo na coisa, e nenhum passo eliminou o anterior. O aspecto está contida no padrão, o princípio no fundamento, tipos e partes na autoexplicitação. Cada estágio está suprassumido no seguinte, no sentido triplo que o cap. 12.6 explicou.

Um standard fora desse caminho o livro não precisou em lugar algum. A coisa se fez notar onde uma ordem não fechava: no guarda-roupa reorganizado depois de duas semanas, no rosto na nuvem que fracassou no minuto seguinte, na órbita de Mercúrio. E se mostrou onde uma ordem podia dizer por que seus membros são estes, como nos números. Uma imagem da coisa, com a qual se pudesse comparar a ordem, não era necessária para isso (cap. 3.1, 14.2). O standard que pertence à coisa é o movimento em que uma ordem fracassa nela e com isso se torna mais precisa (cap. 13.2), até poder indicar seu próprio fundamento. Pensar sistematicamente, como o cap. 12.2 o determinou, significa por isso também não interromper esse movimento.

16.5 Este livro como teste

O livro prometeu, no cap. 1.3, deixar-se medir por seus próprios padrões. Eis o teste.

Por que justamente estas quatro partes? A primeira perguntou o que pertence junto: aspecto, séries e compartimentos, padrão. A segunda, por que pertence junto: princípio e fundamento. A terceira, como um todo é construído: as cinco maneiras de ordenar. A quarta, o que toda ordem custa. As três primeiras seguem a pergunta de quanto uma ordem sabe de seu próprio fundamento: nada, como fundamento de casos singulares↑, como fundamento de um todo. A quarta se volta de novo sobre as três; por isso precisa estar no fim. Segundo o terceiro estágio do cap. 13.2, esta estrutura explica, portanto, também seu princípio, ao menos em suas grandes linhas. Se o faz também no pormenor, se por exemplo o aspecto precisa de um capítulo próprio ou pertence ao capítulo sobre séries e compartimentos, se o padrão ainda pertence à primeira parte ou já à segunda, pode ser contestado, e os retrospectos ao fim das partes dão razões, não demonstrações.

O livro mantém o segundo estágio, conserva aquilo de que se trata? Isso ele não pode decidir sozinho. Pode apenas fornecer os testes. É completo o bastante, ou falta algo que você conhece do seu próprio ordenar? É simples o bastante, ou tão simples que exceções se perdem? Suas afirmações se deixam examinar na experiência própria? E ele se deixa ampliar e corrigir sem quebrar?

O que precisaria acontecer para que o livro abandonasse suas afirmações? A pergunta do cap. 15.3 vale também aqui. Ela se deixa responder. Se os experimentos terminassem, em muitos leitores, de outro modo que o descrito, se portanto pessoas vissem as letras sem esforço como traços ou não conseguissem condensar uma conversa numa frase, um fundamento estaria perdido. Se se encontrasse uma maneira de ordenar que não se deixa reduzir a nenhuma das cinco (cap. 13.5), a estrutura da terceira parte teria de ser mudada. Se se mostrasse que se prova uma ordem que não mantém seu resto visível, a condição dos caps. 3.3 e 13.3 estaria errada. Nesses pontos o livro pode fracassar.

16.6 O que permanece em aberto

Onde uma resposta não basta, o livro o diz no próprio lugar. Somadas, ficam expressamente em aberto quatro perguntas. Duas delas perguntam se é completa uma divisão que só resultou do percurso. As cinco maneiras de ordenar se provaram até agora, mas que não haja uma sexta não está mostrado (cap. 13.5). Os tipos de remissões do cap. 13.3 foram obtidos da pergunta de se dois lugares se ligam por forma ou por conteúdo; se eles apreendem toda remissão, precisa se mostrar em remissões que não cabem em nenhum dos quatro. A terceira pergunta diz respeito a uma medida que só está desenvolvida pela metade. O cap. 2.3 indicou para o acesso os passos e o conhecimento prévio necessário, para a visão geral o número de membros, mas não como se devem ponderar um contra o outro quando uma ordem melhora um e piora o outro. A quarta diz respeito a um limite que só se deixa traçar no caso: onde a autoexplicitação sustenta e onde a ramificação ulterior de um objeto é só história e acaso pode-se mostrar no caso singular↑ (cap. 12.3), mas não indicar em geral.

Muitos dos pensamentos deste livro já foram pensados em outro lugar, alguns em forma mais forte do que aqui. O apêndice B diz onde, e apresenta as objeções que aqui só apareceram em seu núcleo em sua própria figura.

Para ler em seguida: *A verdade* (2025)

APÊNDICE A: EXERCÍCIOS

Os exercícios pressupõem os capítulos a que remetem. Não têm solução que se possa consultar; se deram certo, mostra-se na coisa em que se os realiza.

A1: Ordenar uma decisão

Tome uma decisão que está diante de você, por exemplo se deve aceitar um novo emprego. A ordem usual é uma lista de fundamentos a favor e contra. Ela é uma series (cap. 4), e tem o defeito dela: não diz quais fundamentos se pertencem e quais pesam mais.

Faça em vez disso as perguntas do cap. 13.1, e apenas as que lhe faltam. Que tipo de decisão é esta: uma sobre a profissão, sobre a família, sobre a pergunta do que é importante para você, ou sobre um risco? Cada um desses tipos traz outros padrões. De que consiste a decisão: que partes tem, e qual delas faz a dificuldade? Com que se conecta, e quais conexões são meramente observadas, quais efeitos? E como surgiu a situação de que a pergunta vem?

Observe em que ponto a decisão ficou mais clara. Normalmente é uma única pergunta, e as demais apenas confirmaram o que ela mostrou.

A2: Ordenar uma discussão

Duas pessoas discutem sobre trabalho remoto. Um diz que é muito mais eficaz; a outra, que a coesão do departamento sofre. Um chama isso de mania de controle, a outra o chama de cego para o que acontece entre as pessoas.

Examine primeiro se os dois discutem a mesma pergunta (cap. 3.2). Muitas vezes discutem dois dos quais cada um toma por única uma pergunta diferente: um pergunta pelo trabalho do indivíduo, a outra pelo trabalho do grupo. Examine então de que tipo são as conexões que cada um afirma (cap. 10.2). “Quem trabalha em casa produz mais” (DE: „Wer zu Hause arbeitet, schafft mehr“) pode ser uma conexão observada ou um efeito, e para um efeito são necessárias mais

provas do que para uma observação. E pergunte sob que condições cada uma das duas afirmações procede (cap. 7.2): com que tipo de trabalho, em que tamanho de grupo, com que condições de moradia.

No fim raramente há um vencedor. Em geral há uma distinção que deixa valer as duas, cada uma sob suas condições.

A3: Montar um sistema de arquivamento

Monte um sistema de arquivamento, para papéis ou arquivos. Pergunte primeiro pelo que você mais vai procurar depois, e coloque esse aspecto no alto (cap. 4.2). Crie um compartimento para o que não se encaixa, e veja depois de alguns meses o que se acumulou nele: se ali se acumula algo de mesma espécie, falta um compartimento. E decida, para as peças que pertencem a vários lugares, se você cria uma remissão, uma cópia ou uma marca (caps. 3.3, 9.3). Cada uma dessas soluções custa algo, e a pergunta é que custos você quer carregar.

Examine o sistema de arquivamento depois de um ano pelas duas medidas do cap. 2.3. De quantos movimentos você precisa para achar uma peça determinada, e o que precisa saber para isso? E você consegue dizer o que há de fato no sistema de arquivamento sem percorrê-lo?

A4: Condensar e recuperar

Resuma em uma única frase um texto que você conhece bem, um artigo, um capítulo, um e-mail mais longo. Dê a frase a alguém que não conhece o texto e peça que diga o que agora espera. O que ele espera e o que está no texto diferem em certos pontos, e nesses pontos a condensação deu algo de si (cap. 2.4). Examine se era algo de que se tratava.

Um segundo teste: tome um princípio que você aprendeu num caso e aplique-o a um caso que você nunca viu (cap. 6.2). Se ele sustenta, você aprendeu um princípio. Se não sustenta, você aprendeu um padrão, e sabe agora onde ele termina.

A5: Estruturar uma palestra

Escreva o que você quer dizer antes de fazer uma estrutura (cap. 9.3). Depois pergunte em que partes o escrito se decompõe por si mesmo, e se se pode indicar por que nestas (cap. 9.1). Só depois pergunte o que os ouvintes precisam para acompanhar, e se isso exige outra sequência. Se sim, isso não é um erro da primeira estrutura, mas um segundo aspecto, e você precisa escolher entre os dois ou pôr uma remissão: “mais sobre isso adiante”.

A6: Examinar um capítulo

Tome um capítulo que você escreveu ou que um programa escreveu para você. Leia as três primeiras palavras de cada parágrafo, umas sob as outras: se todos começam igual, a construção é esquemática (cap. 9.4). Conte as listas e pergunte, em cada uma, se seus itens se deixam resolver em frases que dizem como um decorre do outro; onde isso consegue, a lista era um substituto do pensamento. Risque toda frase que anuncia o que o capítulo fará e veja se falta algo. E escreva ao fim do capítulo uma frase que diga por que o próximo se segue. Se ela custa, a dificuldade não está na frase, mas na estrutura.

APÊNDICE B: QUEM TAMBÉM VIU ASSIM, E AS OBJEÇÕES MAIS FORTES

O livro não se apoia em ninguém (cap. 1.2). Isso não significa que tenha pensado seus pensamentos como os primeiros. Este apêndice diz onde se pode continuar a ler e apresenta as objeções que no livro apareceram só em seu núcleo em sua própria figura. Onde o percurso do livro se assemelha a um transmitido, isso não é prova nem de um nem do outro. Fala a favor de que ambos trabalharam na mesma coisa.

B1: Sobre os capítulos em particular

Visão geral↑, acesso, condensação (caps. 1, 13). Que boas explicações se deixam medir pela força com que condensam seus dados sem perdê-los foi elaborado na teoria da informação: na teoria da complexidade algorítmica, ligada aos nomes de Andrei Kolmogorov e Ray Solomonoff, e no princípio do comprimento mínimo de descrição de Jorma Rissanen.

Padrões que permanecem em aberto (cap. 5.3). Ludwig Wittgenstein mostrou nas *Investigações filosóficas* (§§ 185 ss.), num aluno que continua a série "+2" de modo diferente a partir de 1000, que nenhum número finito de casos fixa uma regra. Nelson Goodman colocou o mesmo problema como o "novo enigma da indução" (DE: „neue Rätsel der Induktion"). Jacques Derrida desenvolveu em *Assinatura Acontecimento Contexto* (1972) o pensamento de que um signo só é um signo como repetível e em cada repetição é um pouco outro.

Princípios↑ que tudo explicam (caps. 5.3, 14.3). Que uma teoria vale tanto quanto exclui é o cerne da exigência de falseabilidade de Karl Popper em *The Logic of Scientific Discovery*. O escárnio da explicação que apenas duplica o explicado, Molière o levou ao palco em *O doente imaginário*: o ópio faria dormir porque teria uma virtude dormitiva.

Órbitas planetárias (caps. 4.1, 5.2, 5.3). Kepler publicou a lei da órbita elíptica em 1609 na *Astronomia nova*, com base nas observações de Marte de

Tycho Brahe; Isaac Newton a derivou em 1687, nos *Principia*, da gravitação. Netuno foi encontrado por Johann Gottfried Galle em 1846 no lugar que Urbain Le Verrier havia calculado a partir das perturbações da órbita de Urano. O desvio da órbita de Mercúrio só foi explicado pela teoria da relatividade geral de Albert Einstein, em 1915.

O feedback atrasado (cap. 6.1). A teoria geral dos circuitos de controle foi fundada por Norbert Wiener sob o nome de cibernética. A alternância de excesso e escassez no mercado de porcos foi descrita por Arthur Hanau nos anos 1920; desde então chama-se ciclo do porco.

Vazio, arbitrário↑, suficiente (cap. 7.1). A mesma gradação se encontra na *Science of Logic* de Hegel como fundamento formal, real e completo; que uma coisa só aparece quando todas as suas condições estão reunidas segue ali na doutrina da condição. suficiente, Hegel só chama o conceito, aquilo que determina uma coisa a partir de si (*Encyclopaedia* § 121, Adendo); nessa direção aponta também o cap. 7.6. Acompanhada no texto de Hegel, a gradação está em *A lógica de Hegel – Lógica do pensar* (2026), Cap. 21.6 e 24.3. Que uma causa é em geral uma condição entre outras que só juntas bastam foi determinado com mais precisão por John L. Mackie. Que explicações sempre pensam junto um caso de comparação, por que isto e não aquilo, foi elaborado sob o nome de explicação contrastiva, entre outros por Bas van Fraassen e Peter Lipton.

A doutrina da divisão (Parte III, cap. 8.2). A divisão segundo gênero e diferença específica remonta a Aristóteles. O neoplatônico Porfírio a expôs no século III em sua introdução às *Categorias*; a chamada Tree of Porphyry, a dicotomia continuada, tem nele seu nome. A baleia foi colocada por Carl von Linné entre os mamíferos em 1758, na décima edição de seu *Systema Naturae*. Uma divisão famosa que viola todas as regras foi atribuída por Jorge Luis Borges a uma enciclopédia chinesa inventada: os animais se dividem ali, entre outros, em pertencentes ao imperador, embalsamados, domesticados e os que de longe parecem moscas. Michel Foucault começou *The Order of Things* com o riso diante dessa passagem.

Plutão (cap. 12.4). A nova definição de planeta foi decidida pela União Astronômica Internacional em agosto de 2006; o motivo foi a descoberta do planeta anão Éris, que é mais pesado que Plutão.

Casos limítrofes e não saber (caps. 7.4, 11.4). Que o entender de um conceito começa onde se nota que não se consegue determiná-lo é o curso dos primeiros diálogos de Platão. No *Laques*, Sócrates pergunta o que é a coragem, e cada determinação de seus interlocutores fracassa num caso limítrofe, entre outros na pergunta de se a destemidez sem discernimento já é coragem ou

temeridade. Na *Apologia*, Sócrates diz que está à frente do outro por não julgar saber o que não sabe.

A tabela periódica (cap. 13.2). Mendeleev publicou sua tabela em 1869; o gálio foi descoberto em 1875, o escândio em 1879, o germânio em 1886.

O monte (cap. 8.3). O falácia do monte, a falácia do monte, atribui-se ao megárico Eubulides de Mileto.

Árvore e rede (cap. 10.3). A classificação facetada foi desenvolvida pelo bibliotecário indiano S. R. Ranganathan nos anos 1930. O conselho de, ao programar, preferir compor a herdar foi transformado em regra, em 1994, por Erich Gamma, Richard Helm, Ralph Johnson e John Vlissides em seu livro sobre padrões de projeto.

Tipos que são estágios (cap. 11.5). A sequência da escrita pictográfica à logográfica e silábica e à alfabética foi apresentada por Ignace J. Gelb em 1952 como lei de desenvolvimento da escrita. A pesquisa desde então a criticou como linear demais; como exemplo de como tipos e estágios podem coincidir, serve também em forma simplificada.

Os números (cap. 12.1). Que os domínios numéricos são ampliados para que certos cálculos fechem, e que nisso as antigas regras de cálculo devam ser preservadas, foi formulado por George Peacock em 1834; como princípio de permanência foi estabelecido por Hermann Hankel em 1867.

Universal, particular↑, singular (cap. 12.2). Os três lados do conceito foram desenvolvidos por Hegel na doutrina do conceito de sua *Science of Logic* (em forma mais breve: *Encyclopaedia* §§ 163–165; explicados passo a passo em *A lógica de Hegel – Lógica do pensar*, Cap. 26). O curso deste livro, de ordens que são postas de fora sobre a coisa, passando por aquelas que perguntam por fundamentos, até aquelas que compreendem seus membros a partir de um universal, assemelha-se em grandes linhas ao curso de sua lógica do ser, essência e conceito. Isso não foi procurado; resultou.

Ordem↑ mecânica (caps. 14.1, 14.2). Que regras em administrações passam de meio a fim foi descrito por Robert K. Merton em 1940 como deslocamento de objetivos; a imagem do "invólucro duro como aço" da burocracia vem de Max Weber. Que uma medida que é feita meta deixa de ser uma boa medida chama-se, segundo o economista Charles Goodhart, lei de Goodhart.

A ilusão coerente↑ (cap. 15.3). A tese dos visitantes do espaço foi difundida por Erich von Däniken em 1968 em *Chariots of the Gods?*. De uma "teoria da conspiração da sociedade" falou Karl Popper em *The Open Society and Its Enemies* (1945, vol. 2, cap. 15). Ele não negou que haja conspirações, mas que elas expliquem a sociedade, e observou que raramente alcançam o que planejam; o que acontece são, em geral, consequências não pretendidas de ação intencional.

A forma fechada, em que cada vestígio ausente se torna prova, foi descrita por Richard Hofstadter em 1964 no ensaio "The Paranoid Style in American Politics". Que gente do mesmo ramo raramente se reúne sem que a conversa termine numa conspiração contra o público está em Adam Smith, *A riqueza das nações* (1776, livro I, cap. 11). Programas encobertos antes tidos por delírios foram revelados pela comissão de inquérito do Senado dos EUA sob Frank Church em 1975 e 1976; os documentos que Edward Snowden fez publicar em 2013 comprovaram uma vigilância em massa que quase ninguém julgava possível. Que o peso das provas deve se orientar pela improbabilidade do afirmado está em David Hume, na seção sobre milagres de sua *Investigação sobre o entendimento humano* (1748); Carl Sagan o pôs na fórmula de que afirmações extraordinárias exigem provas extraordinárias.

Ordem partilhada (cap. 15.4). Que o conhecimento surge em comunidades que partilham um estilo de pensamento foi mostrado por Ludwik Fleck em 1935 no exemplo da pesquisa sobre a sífilis; Thomas S. Kuhn levou o pensamento adiante como doutrina dos paradigmas.

Fundamento da crença e fundamento da validade (cap. 16.2). Que a gênese de uma convicção deve ser distinguida de sua fundamentação foi formulado por Hans Reichenbach como a diferença entre contexto de descoberta e contexto de justificação. Quem infere da origem de uma convicção sua falsidade comete o que a lógica chama de genético falácia.

A fita métrica que se examina (cap. 16.1). Otto Neurath comparou a situação do conhecer à de marinheiros que precisam reconstruir seu navio em mar aberto, sem nunca poderem desmontá-lo no dique. As contradições que surgem quando uma totalidade deve conter a si mesma foram descobertas por Bertrand Russell no conjunto de todos os conjuntos que não se contêm a si mesmos.

B2: Cinco objeções em sua própria figura

Cinco objeções foram acolhidas no livro apenas na medida em que dizem respeito ao respectivo capítulo. Aqui estão na figura que seus autores lhes deram.

Gilles Deleuze e Félix Guattari: a árvore e o rizoma (caps. 3.3, 5.3). Em *Rizoma* e em *Mil platôs*, Deleuze e Guattari opõem à árvore, que se ramifica a partir de uma raiz em galhos cada vez mais finos, o rizoma, um emaranhado sem centro, em que cada ponto pode ser ligado a cada outro e que pode romper e recomeçar em qualquer lugar. A árvore é para eles a imagem de uma ordem que reconduz tudo a uma origem; o rizoma, a imagem de uma multiplicidade que

não se deixa reconduzir a uma unidade. Em *Difference and Repetition* (1968), Deleuze já havia exigido pensar a diferença não como desvio de um idêntico, mas o idêntico como solidificação provisória de diferenças. Isso atinge a divisão segundo gênero e diferença específica (cap. 8.2) em sua raiz.

O livro concorda com a constatação de que toda ordem escolhe e que o escolhido pode aparecer como natureza. Sua resposta é que a escolha se mostra no fracasso e que uma ordem precisa manter seu resto visível (caps. 3.3, 13.3). Deleuze e Guattari mesmos enfatizaram que árvore e rizoma se interpenetram, que há árvores no rizoma e rizomas na árvore. Isso se aproxima da resposta do cap. 10.3, de que ambos são necessários. Fica em aberto se a autoexplicitação do cap. 12, que compreende um todo a partir de um universal↑, não é justamente a forma de árvore que eles mais agudamente criticam. O livro responde a isso com o cap. 12.3: ela sustenta onde sustenta, e não além.

Jacques Derrida: significado que não se aquieta (cap. 5.3). Para Derrida, um signo só é o que é porque pode ser repetido, e cada repetição o leva a um novo contexto, que desloca seu significado. Um significado que estivesse inteiramente junto a si não existe, por isso; todo conceito remete a outros e só tem seu sentido na diferença em relação a eles.

O livro concorda que padrões permanecem em aberto e se deslocam no uso. Sua resposta é que o deslocamento se deixa notar, no caso novo que provoca disputa, e que ali se pode examinar se o padrão ainda sustenta. Derrida nunca negou que se possa entender e distinguir; negou que esse entender jamais esteja concluído. Com isso está mais próximo do cap. 5.3 do que parece à primeira vista. Fica em aberto se os casos limítrofes em que o livro examina seus conceitos (cap. 12.4) não são eles mesmos já escolhidos por um conceito que devem examinar.

Theodor W. Adorno: o conceito e o não idêntico (caps. 6.4, 13.3). Com Max Horkheimer, Adorno mostrou na *Dialectic of Enlightenment* como a razão, que devia libertar o homem da natureza, pode se tornar instrumento de dominação sobre natureza e homens. Na *Dialética negativa*, ele agudizou a objeção: todo conceito subsume o singular sob um universal e corta nisso o que nele não é universal, o não idêntico. O pensamento deveria tentar, com o conceito, ir além do conceito.

O livro concorda que toda condensação deixa um resto e que o resto pode ser o mais importante (cap. 14.3). Sua resposta é que o resto só se mostra numa expectativa que ele frustra, e que quem para de ordenar não tem mais do singular, mas menos. Adorno teria aqui contradito: se o resto só se mostra numa expectativa frustrada, ele aparece ainda na medida do conceito que deve exceder. Renunciar a conceitos ele, porém, não quis. Exigiu voltá-los contra si mesmos e não subsumir uma coisa sob um conceito, mas dispor vários conceitos em torno

dela, numa constelação que mostra o que nenhum deles sozinho atinge. Isso é ele mesmo uma maneira de ordenar, e não está longe das facetas do cap. 10.3. Fica em aberto se a condição "manter o resto visível" (DE: „den Rest sichtbar halten") é mais que um propósito: se uma ordem a cumpre se deixa examinar no caso singular, mas não assegurar em geral.

Michel Foucault: ordem do saber, ordem do poder (caps. 9.4, 11.5). Em suas investigações sobre a loucura, a clínica e a prisão, Foucault mostrou como divisões do saber classificam, tratam e produzem pessoas: o doente, o delinquente, o normal não foram simplesmente encontrados, mas surgiram ao mesmo tempo em práticas de saber e de poder. Em *The Order of Things* (1966), mostrou que cada época articula seu saber num quadro que fixa o que pode afinal ser ordenado, e que esses quadros se seguem em rupturas, não como progresso. Isso atinge a pergunta do cap. 13, qual ordem é melhor, e a pergunta do cap. 16.2, de onde vêm as ordens próprias. Ian Hacking prosseguiu isso e descreveu como categorias retroagem sobre as pessoas que apreendem, e como essa retroação por sua vez muda as categorias.

O livro concorda que conceitos sobre pessoas mudam seu objeto (cap. 12.5) e que a leitura de uma relação pode se confirmar a si mesma (cap. 10.4). Sua resposta é que as pessoas que um conceito apreende podem contradizê-lo, e que a crítica a uma ordem trabalha ela mesma com distinções mais precisas. Foucault designou seus livros como caixas de ferramentas, não como edifícios doutrinários, e sua força está justamente em tais distinções. Fica em aberto se a contradição dos atingidos é sempre ouvida, e a resposta é: não por si. O cap. 15.4 mostrou que uma comunidade pode deixar de examinar. Quem cuida para que ela não o faça age, e disso trata outro livro.

Richard Rorty: nenhum vocabulário da coisa mesma (caps. 7.2, 12.1). Em *Philosophy and the Mirror of Nature* (1979), Rorty contestou que conhecer consista em espelhar corretamente a realidade; em *Contingência, ironia e solidariedade* (1989), conclui que não há vocabulário que descreva as coisas como são em si. Se uma divisão acerta não é, segundo isso, uma pergunta à coisa, mas uma pergunta sobre para que se precisa dela. O critério de traçar limites onde o próprio objeto faz diferenças seria um resto da representação do espelho.

O livro concorda que toda ordem serve a uma pergunta (cap. 13.1). Sua resposta é que a coisa se faz notar no êxito e no fracasso. Que gálio, escândio e germânio tenham sido encontrados onde a tabela deixava lacunas (cap. 13.2) a tabela não podia produzir por si; os elementos poderiam também ter faltado. Que isso só se deixe constatar num vocabulário já escolhido, o livro não nega. Um ponto de vista fora de todos os vocabulários não é necessário para isso: o que não fecha se faz notar no vocabulário que se tem (*A verdade* (2025), Cap. 11).

A pergunta de volta que se dirige a todos os cinco. Contra todas as cinco objeções costuma-se alegar que se refutam a si mesmas; em sua figura mais conhecida, Jürgen Habermas levantou a acusação em *The Philosophical Discourse of Modernity* (1985), apoiado na figura da contradição performativa de Karl-Otto Apel: quem escreve com conceitos precisos contra os conceitos, com uma teoria contra a teoria, com uma exposição ordenada contra a ordem, faz o que critica. Isso atinge menos do que parece. Todos os cinco conheceram a objeção e a responderam: Derrida com a figura de usar conceitos e ao mesmo tempo indicar seu limite, Adorno com o pensar contra si mesmo, Deleuze e Guattari com a interpenetração de árvore e rizoma, Foucault com a renúncia a um edifício, Rorty com a observação de que não afirma uma representação melhor, mas propõe um vocabulário mais útil. O que na pergunta de volta é certo é mais modesto: nenhum dos cinco renuncia ao ordenar. Ordenam de outro modo e examinam com mais exatidão. Essa é também a intenção deste livro.

B3: Leitura complementar nos outros livros

Onde um capítulo é prosseguido em outros livros da série, está aqui. O texto principal remete, ao fim dos capítulos, a *A verdade* (2025) e, onde um capítulo é prosseguido ali de modo imediato, a *A ética – O bem que já fazemos* (2026) e *A organização* (2026).

- **Cap. 1** (o livro vizinho sobre a lógica): *A lógica de Hegel – Lógica do pensar* (2026), Cap. 2 (o movimento do pensamento em seu começo)
- **Cap. 1** (o livro vizinho sobre a ética): *A ética – O bem que já fazemos*
- **Cap. 2.4** (Condensar e preconceito↑, prosseguido na imagem do outro): *A ética – O bem que já fazemos*, Cap. 3
- **Cap. 6** (princípio): *A lógica de Hegel – Lógica do pensar*, Cap. 7
- **Cap. 7** (fundamento): *A lógica de Hegel – Lógica do pensar*, Cap. 6 e 8
- **Cap. 7.4** (A quem serve um fundamento, prosseguido nos fundamentos que se deve a um outro): *A ética – O bem que já fazemos*, Cap. 4 e 11
- **Cap. 11** (processo): *A lógica de Hegel – Lógica do pensar*, Cap. 5
- **Cap. 11.1** (Como começou uma disputa, prosseguido na série da retaliação): *A ética – O bem que já fazemos*, Cap. 6
- **Cap. 12** (autoexplicitação): *A lógica de Hegel – Lógica do pensar*, Cap. 9
- **Cap. 15** (Ordem↑ morta, prosseguida em regras e instituições): *A ética – O bem que já fazemos*, Cap. 13 e 14

- **Cap. 15.4** (Ordem partilhada, prosseguida na economia): *Kapitalismus — Eine Einführung* (em preparação), Cap. 25
- **Cap. 16** (O que permanece em aberto): *A lógica de Hegel – Lógica do pensar*, Cap. 13

GLOSSÁRIO

Notas sobre o uso

Este glossário não se destina a ser lido de antemão. Os conceitos são desenvolvidos no livro a partir do que se encontra ao ordenar, e quem os consulta aqui primeiro recebe uma determinação sem o caminho que leva a ela.

Ele se destina a três casos: quando uma palavra aparece num sentido que se afasta do corrente; quando alguém não lê em sequência e, por isso, perdeu uma introdução; e quando alguém quer verificar se uma expressão é empregada de modo uniforme ao longo do livro.

Ordem: os verbetes estão em ordem alfabética; as letras com trema contam como as letras de base.

Tipo indica a origem do termo: *Nossa metodologia* para distinções que este livro e seus livros vizinhos estabelecem de modo próprio; *Geral-filosófico* para expressões consagradas na tradição e aqui empregadas num sentido determinado.

Desenvolvido em remete ao ponto em que um conceito é desenvolvido, não a cada menção.

Não se quer dizer aparece onde é preciso afastar uma leitura que se oferece com facilidade.

Ver também indica verbetes afins deste glossário e, onde um conceito é retomado e desenvolvido num dos livros vizinhos, o verbete correspondente.

Acesso (Zugriff)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Encontrar, a partir de um lugar, outro. Medido pelos passos e pelo conhecimento prévio necessário. Uma busca dá acesso, mas não visão geral: não mostra o que mais há.

Desenvolvido em: Cap. 2.3

Ver também: Visão geral, Remissão

Aspecto (Hinsicht)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: Aquilo a que se atenta quando se põe isto junto daquilo. Toda ordem tem uma, mesmo que não seja nomeada; outro aspecto produz, das mesmas coisas, outra ordem.

Não se quer dizer: Algo meramente subjetivo. O aspecto se escolhe; o que nele se mostra, não se escolhe.

Desenvolvido em: Cap. 3.1, 3.3

Ver também: Série e compartimento, Padrão

Autoexplicitação (Selbstentfaltung)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: A última das cinco maneiras de ordenar: uma ordem em que o particular resulta de um universal sob condições e se torna efetivo no singular. Diz por que seus membros são estes, e cumpre com isso o standard do livro, em graus.

Não se quer dizer: Uma maneira que apenas está ao lado das outras quatro. Acolhe-as em si e lhes dá seu fundamento, onde o têm; por isso está no fim.

Desenvolvido em: Cap. 12.1, 12.2, 12.6

Ver também: Universal, particular, singular; Conceito; Suprassunção; Standard; Maneira de ordenar

Classificação (Klassifikation)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: A primeira das cinco maneiras de ordenar: ordem segundo a pergunta “Que tipos há?” (DE: „Was für Arten gibt es?“). Os membros ficam lado a lado e se excluem. É a mais próxima da triagem; sem a informação de que tipo de coisa se tem diante de si, não se pode indicar nem sua construção nem sua conexão.

Desenvolvido em: Cap. 8.1

Ver também: Divisão correta e boa, Maneira de ordenar

Composição (Komposition)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: A segunda das cinco maneiras de ordenar: ordem segundo a pergunta “De que consiste?”. As partes só são no todo o que são, e cada uma tem uma tarefa que decorre do todo. Também partes, estrutura.

Não se quer dizer: Decomposição segundo a matéria. Uma bicicleta de aço, borracha e plástico está desmontada, mas não estruturada.

Desenvolvido em: Cap. 9.1, 9.2, 9.4

Ver também: Classificação, Maneira de ordenar

Conceito (Begriff)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: O universal de uma coisa, na medida em que produz de si suas particularizações e se torna efetivo no singular. Tem o conceito do número quem vê por que há justamente estes tipos de números.

Não se quer dizer: Meramente uma palavra com seu significado ou uma definição que se decora. Neste sentido mais fraco o livro também usa a palavra, por exemplo no cap. 12.5; o mais forte é aquele para o qual converge.

Desenvolvido em: Cap. 12.2

Ver também: Autoexplicitação; Universal, particular, singular; Sistema, sistemático

Condensação (Verdichtung)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Muito é representado por pouco. A técnica chama isso de compressão. Uma condensação é boa quando dela se pode recuperar aquilo de que se trata; seu valor é decidido pelo que ela abandona.

Não se quer dizer: Perda que se poderia evitar. Não se escolhe entre perda e nenhuma perda, mas entre perdas.

Desenvolvido em: Cap. 2.4, 14.1, 14.2

Ver também: Preconceito, Resto, Visão geral

divisão correta e boa (korrekte und gute Einteilung)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Correta é uma divisão quando seus membros se excluem mutuamente e juntos cobrem o todo. Boa, quando os limites passam onde o próprio objeto faz diferenças.

Como se reconhece: Quem ordena seus livros por cor dividiu corretamente e nada apreendeu do livro. Uma divisão pode fracassar sem conter um erro lógico.

Desenvolvido em: Cap. 8.2

Ver também: Classificação, Externo

Essencialidade (Wesentlichkeit)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: O que faz de uma coisa o que ela é, não importa quem pergunta nem para quê. Mais precisamente: a parte de seus fundamentos que pertence a ela mesma e não às suas circunstâncias. Um primeiro teste: o restante muda quando isto muda?

Não se quer dizer: Importância para uma pergunta. Muitas disputas sobre o que é essencial são disputas entre duas perguntas.

Desenvolvido em: Cap. 3.2, 7.5, 8.1

Ver também: Importância, Urgência, Fundamento: vazio, arbitrário, suficiente

externo (äußerlich)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Um traço que na coisa só está do lado de fora, como cor e formato no livro. Em geral, uma ordem se diz externa quando não decorre da coisa e por isso não pode dizer por que seus membros são estes.

Não se quer dizer: Inutilizável. O alfabeto é externo e para um dicionário exatamente certo; só se torna defeito quando uma ordem assim é tomada por uma ordem da coisa.

Desenvolvido em: Cap. 2.5, 4.1, 12.3

Ver também: Série e compartimento, Standard

factual, functional, conexão conceitual (faktischer, funktionaler, begrifflicher Zusammenhang)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Três modos como duas coisas podem estar conectadas. Factual: observada, sem que se saiba como se dá. Funcional: um efeito, que diz o que muda quando se intervém. Conceitual: uma conexão que reside no que as coisas são, como entre comprador e vendedor.

Como se reconhece: A maioria das falácias do pensamento relacional são confusões entre essas três, mais frequentemente uma conexão fática lida como funcional. A pergunta “Quem lucra?” constata uma conexão fática e não um plano.

Desenvolvido em: Cap. 10.2, 10.4, 15.3

Ver também: Relação

Fundamento: vazio, arbitrário, suficiente (Grund: leer, beliebig, zureichend)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: Três estágios do fundamentar. O fundamento vazio repete a coisa sob outro nome (“ela simplesmente não era viável” (DE: „sie war eben nicht lebensfähig“)). O arbitrário recolhe uma condição entre muitas. O suficiente toma todas as condições juntas, incluindo a constituição da própria coisa.

Desenvolvido em: Cap. 7.1

Ver também: Princípio, Silogismo, Essencialidade

Generalização (Verallgemeinerung)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Um padrão de grande alcance, que diz o que coincidiu nos casos conhecidos, mas não por quê, e por isso também não quando não vale. “A prática leva à perfeição” (DE: „Übung macht den Meister“) é uma.

Desenvolvido em: Cap. 6.2

Ver também: Princípio, Padrão

ilusão coerente (kohärente Täuschung)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Uma ordem que é estável em si e mostra quase todos os sinais do vivo, mas classifica seu material segundo uma interpretação dada de antemão, precisa de uma nova hipótese auxiliar para cada fato novo e não pode fracassar em nada.

Não se quer dizer: Uma afirmação sobre ação encoberta como tal. O erro está na forma da explicação, não em seu objeto; combinações existem, e uma afirmação sobre elas se deixa examinar como qualquer outra.

Como se reconhece: Por três perguntas. A explicação penetra seu material ou o classifica? Explica classes inteiras de casos a partir de um fundamento? O que precisaria acontecer para que se desistisse dela? As mesmas perguntas valem para a versão oficial e para seus adversários.

Desenvolvido em: Cap. 15.3

Ver também: Ordem proliferante, Ordem mecânica e ordem viva, Factual, funcional, conexão conceitual

Importância (Wichtigkeit)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: O que conta com consideração a uma pergunta. Quem faz a mesma pergunta acha importante o mesmo. O nível intermediário dos três do que "importante" pode significar, e o mais facilmente confundido com os outros dois.

Desenvolvido em: Cap. 3.2

Ver também: Urgência, Essencialidade

Maneira de ordenar (Ordnungsweise)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Uma pergunta que se pode fazer a um todo e a estrutura que ela produz. O livro encontra cinco: tipos, partes, conexões, processos e por último a autoexplicitação, que pergunta por que as respostas às outras quatro resultam assim. Qual está em questão mostra-se pelo que falta.

Não se quer dizer: Uma lista completa. Que não haja uma sexta não está mostrado.

Desenvolvido em: Introdução à Parte III, caps. 7 a 12

Ver também: Classificação, Composição, Relação, Processo, Autoexplicitação

mechanical e ordem viva (mechanische und lebendige Ordnung)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Mecânica chama-se uma ordem cujas partes correm sem relação entre si e sem pergunta pelo para quê. Viva, uma cujas partes se determinam umas às outras e só no todo são o que são, e que se conserva alterando-se naquilo em que fracassa. Em ordens que pessoas sustentam, isso se mostra em que se pode dizer para que serve uma regra.

Não se quer dizer: Uma questão de número ou rigor das regras. Na manutenção de aviões ou no processo judicial, prescrições rigorosas são a ordem viva; uma ordem morre porque ninguém mais sabe para que ela vale.

Desenvolvido em: Cap. 15.1, 15.2

Ver também: Ilusão coerente, Resto

Ordem (Ordnung)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: Uma disposição da qual se pode inferir algo: onde algo está, o que falta, o que pertence junto. Sua forma mínima é pôr isto junto daquilo e com isso separá-lo de outra coisa.

Não se quer dizer: Qualquer disposição. No monte de folhas que o vento soprou para o canto também isto está junto daquilo, mas daí nada se infere.

Desenvolvido em: Cap. 2.2

Ver também: Visão geral, Acesso, Condensação

ordem partilhada (geteilte Ordnung)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Uma condensação herdada ou examinada em comum, da linguagem, em que cada palavra é uma ordem pronta, até os conceitos de uma ciência. Não se começa pelos pormenores, mas no meio de um acervo de ordens que outros formaram.

A outra face: Condensações falsas também podem ser mantidas em comum. O que se perde numa comunidade assim não é, primeiro, a correção de uma ordem, mas a possibilidade de perceber o seu erro.

Desenvolvido em: cap. 15.4

Ver também: condensação, ilusão coerente; *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Glossário: Instituição

ordem proliferante (wuchernde Ordnung)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Uma ordem que precisa de uma nova categoria para cada caso novo, de uma exceção para cada desvio. Abarca tudo e nada explica.

Desenvolvido em: Cap. 13.2

Ver também: Ilusão coerente, Standard

Padrão (Muster)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Uma repetição que se encontra na coisa num aspecto escolhido, em vez de ser nela posta. Um padrão é uma antecipação que precisa se provar no caso seguinte, e permanece em aberto: nenhum número finito de casos o fixa.

Não se quer dizer: Algo que só o conhecer produz. Que um padrão possa estar errado mostra que ele não é feito pelo conhecer. Tampouco algo que estaria simplesmente aí sem o aspecto de quem conhece.

Desenvolvido em: Cap. 4.4, 5.1, 5.2, 5.3

Ver também: Princípio, Generalização, Aspecto

preconceito (Vorurteil)

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: Uma condensação forte e rápida, que abre mão justamente das diferenças que importam. Contra isso não ajuda condensar menos, mas condensar de outro modo: recuperar as diferenças de que se abriu mão e examinar quais contam desta vez.

Não se quer dizer: Toda expectativa anterior ao exame. Sem ela não se entraria em conversa alguma; só se torna preconceito quando já não se deixa corrigir.

Desenvolvido em: cap. 2.4

Ver também: condensação; *A verdade* (2025), Glossário: Pré-juízo, *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Glossário: Imagem do outro

Princípio (Prinzip)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: O que produz um padrão. Diz sob que condições o padrão ocorre e onde termina, e por isso se deixa aplicar a casos que nunca se viu.

Não se quer dizer: Um princípio que tudo explica. O que nada exclui nada diz.

Desenvolvido em: Cap. 6.1, 6.2, 6.3

Ver também: Generalização, Padrão, Fundamento

Processo (Verlauf)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: A quarta das cinco maneiras de ordenar: ordem segundo a pergunta "O que se move, e segundo o quê?" (DE: „Was bewegt sich, und wonach?"). Também processo. É necessária onde uma descrição está certa e ainda assim não atinge, porque a coisa só é compreensível a partir de seu devir.

Desenvolvido em: Cap. 11.1, 11.3

Ver também: Ritmo, Maneira de ordenar

Relação

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: A terceira das cinco maneiras de ordenar: ordem segundo a pergunta "Com que se conecta?" (DE: „Womit hängt es zusammen?"). Também conexão. Precisa de árvore e rede ao mesmo tempo; quem só vê links já não pode dizer o que está ligado.

Desenvolvido em: Cap. 10.1, 10.3, 10.5

Ver também: Factual, funcional, conexão conceitual, Remissão

Remissão (Verweis)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Uma link entre dois lugares de uma ordem. Existe pela posição na estrutura ou pela coisa, e pela coisa de três modos: como a mesma coisa, como a

mesma em outro desenvolvimento ou como determinada de modo contraditório. Remissão dão acesso; a visão geral dá a ordem da qual se ramificam.

Desenvolvido em: Cap. 13.3

Ver também: Acesso, Relação

Resto

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: O que nenhuma condensação alcança: o singular, que é mais que o caso de seus padrões; o realização em ato, que não se deixa observar enquanto se o realiza; o novo, para o qual ainda não há compartimento. Uma ordem não precisa apreendê-lo, mas mantê-lo visível.

Desenvolvido em: Cap. 4.3, 14.3

Ver também: Condensação, Série e compartimento

Ritmo (Rhythmus)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: A alternância de coletar e ordenar. Quem permanece no coletar não chega a resultado; quem ordena cedo demais tem um que não resiste ao material. A alternância vem da coisa.

Desenvolvido em: Cap. 11.4

Ver também: Processo

Série e compartimento (Reihe und Fach)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Ordem segundo um traço escolhido: o alfabeto, a data, a área. Vários traços são aninhados, compartimentos em compartimentos. Uma ordem assim dá acesso, mas não visão geral, e precisa manter o resto visível.

Desenvolvido em: Cap. 4.1, 4.2, 4.3

Ver também: Externo, Acesso, Padrão

Silogismo (Schluss)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: A forma em que se pode escrever um fundamento suficiente. Garante a transição, não o ponto de partida: quem admite as premissas deve admitir a conclusão, mas se elas procedem o silogismo não diz.

Não se quer dizer: Um tipo próprio de fundamento ao lado do suficiente.

Desenvolvido em: Cap. 7.3

Ver também: Fundamento: vazio, arbitrário, suficiente

Sistema, sistemático (Sistema, systematisch)

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: Um todo cujos membros se deixam compreender a partir de um fundamento. Pensar sistematicamente significa ordenar de modo que se possa dizer por que os membros são estes, saber onde isso não se pode dizer e não interromper o movimento em que uma ordem fracassa na coisa e se torna mais precisa.

Não se quer dizer: Qualquer ordem fixa. Um arquivo por anos e remetentes é ordenado, mas neste sentido não é sistema.

Desenvolvido em: Cap. 12.2, 16.4

Ver também: Conceito, Standard, Autoexplicitação

Standard (Maßstab)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: A pergunta pela qual o livro mede toda ordem, também a si mesmo: ela pode dizer por que seus membros são estes e por que estão assim dispostos? Enquanto uma ordem não pode indicar seu fundamento, ela está posta de fora sobre a coisa.

De onde vem: Não de uma imagem da coisa com a qual se compararia a ordem, mas do movimento em que uma ordem fracassa na coisa e com isso se torna mais precisa.

Desenvolvido em: Cap. 1.3, 13.2, 16.4

Ver também: Externo, Autoexplicitação

suprassunção (Aufhebung)

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: A acolhida de uma determinação em outra mais abrangente, em tríplice sentido: ela deixa de valer apenas por si, permanece preservada e fica situada mais alto, porque agora se mostra por que ela resulta assim. Assim, tipos, partes, conexões e processos estão suprassumidos no autodesdobramento, onde nele têm seu fundamento, e cada estágio do livro, no seguinte.

Não se quer dizer: Abolir. O que está suprassumido não desapareceu.

Desenvolvido em: cap. 12.6, 16.4

Ver também: autodesdobramento; *A verdade* (2025), Glossário: Suprassunção, *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Glossário: Suprassunção

universal, particular, singular (Allgemeines, Besonderes, Einzelnes)

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: Os três lados que uma compreensão precisa ter, se quiser ser completa. O universal é o que, em todos os casos, é o mesmo; o particular, o que dele resulta sob condições, para fora como tipos, para dentro como partes; o singular, o caso efetivo em que ambos se reúnem.

Não se quer dizer: Três estágios de uma hierarquia ou uma tríade que se deveria impor a toda coisa. Até onde a estrutura alcança, mostra-se na própria coisa.

Desenvolvido em: cap. 12.2, 12.3

Ver também: autodesdobramento, conceito, modo de ordenação; *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Glossário: Universal (de uma comunidade)

Urgência (Dringlichkeit)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: O que nos ocupa no momento. Refere-se à situação de quem ordena e não à coisa; passada a situação, ela se foi, e a coisa é o que era. O primeiro dos três níveis do que "importante" pode significar.

Desenvolvido em: Cap. 3.2

Ver também: Importância, Essencialidade

Visão geral (Überblick)

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Ver o que há e como se conecta, sem percorrer tudo individualmente. Medido pelo número de membros que é preciso reter na cabeça.

Desenvolvido em: Cap. 2.3

Ver também: Acesso, Condensação